

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE

Claudiano Mariano da Silva¹
Ana Josicleide Maia²

As novas concepções sobre o desenvolvimento sustentável traz em si mudanças fundamentais que enfatizam a complementaridade do processo com ênfase na melhoria da qualidade de vida, consumo real *per capita*, redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades regionais, juntamente com uma elevação das condições de moradia, saúde e educação da população pertencente aos projetos de reforma agrária no município de Crato, este situado na região metropolitana do Cariri Estado do Ceará, tendo como indicativo o ano de 2011. Dentro desse enfoque essa pesquisa objetivou-se a analisar a sustentabilidade ambiental e o índice de qualidade de vida dos agricultores familiares através dos incentivos governamentais e praticas de degradação ambiental, tecnologia e nível de apropriação e manejo da terra, os dados utilizados são de origem primaria provenientes da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturada, junto à amostra de 32 beneficiários tomados de forma aleatoriamente nos assentamentos Alegre Fruta, Jenipapo, Malhada e 10 de Abril, para tanto foi criado um índice de Sustentabilidade (IS), que é a média aritmética dos dois indicadores, um sobre qualidade de vida que possui dimensões desde as condições sanitárias ate o consumo de bens duráveis, e outro ambiental que abrange variáveis desde o manejo do solo através da rotação de culturas, até métodos de controle de pragas na lavoura com a utilização de agrotóxicos.

¹ - URCA Bolsista PIBIC/FUNCAP- claudianosilvaeco@gmail.com

² URCA Professora - anajosicleide.maia@gmail.com

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA OBRA DE SERGE LATOUCHE: UMA INTRODUÇÃO

Jaqueline dos Santos Gonçalves¹
Francisca Laudeci Martins Souza²

O desenvolvimento econômico tem se configurado como a mola propulsora da sociedade. Contudo, quando esse desenvolvimento mostra-se difícil de determinar a sua sustentabilidade, o questionamento desse conceito passa a ser inevitável. Nesse contexto, este trabalho objetiva descrever o conceito de decrescimento proposto na obra de Serge Latouche como medida necessária para a mudança de lógica econômica. Logo, uma reflexão sobre o surgimento de uma nova consciência em prol da natureza e do próprio homem tornou-se relevante para a escolha do tema e através de fontes bibliográficas foi possível descrever essas discussões, bem como apresentar o conceito de desenvolvimento na concepção de Serge Latouche que sugere a mudança de paradigma econômico como revolução cultural necessária para a construção de uma sociedade do decrescimento, se possível sereno, convival e sustentável. Portanto, as idéias de Serge Latouche se inserem como uma crítica ao desenvolvimento alheio de limites físicos e mostrando-o sob um contexto de possibilidades limitadas, e que para tanto, exige desde mudanças culturais até sociais para se rever de maneira profunda o atual modelo de progresso de uma sociedade do crescimento perpétuo.

¹ URCA Pós-graduanda - jaqueline_goncalves@yahoo.com.br.

² URCA Professora - laudecimartins@yahoo.com.br.

A REVOLUÇÃO CULTURAL NECESSÁRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PARA A MUDANÇA DE PARADIGMA ECONÔMICO

Jaqueline dos Santos Gonçalves¹
Francisca Laudeci Martins Souza²

O desenvolvimento econômico ao longo do contexto histórico tem sido o “santo graal” da sociedade. Contudo, quando esse desenvolvimento mostra-se difícil de determinar sua sustentabilidade, o questionamento desse conceito passa a ser inevitável. Nesse contexto, este trabalho objetiva discutir as concepções do desenvolvimento analisando-o sob uma óptica ambiental, sobretudo à luz dos seus fatores limitantes, com especial atenção ao conceito de decrescimento econômico proposto na obra de Serge Latouche como medida necessária para a mudança de lógica econômica, que através da educação será possível sua real efetivação, pois neste contexto a educação terá papel primordial como mediador deste processo. Uma vez que, uma reflexão sobre o surgimento de uma nova consciência em prol da natureza e do próprio homem tornou-se relevante para a escolha do tema e através de fontes bibliográficas foi possível descrever essas discussões, bem como apresentar o conceito de decrescimento que sugere a mudança de paradigma através da descolonização do imaginário econômico que exigirá desde mudanças culturais até sociais para se rever de maneira profunda o atual modelo de progresso, pois os perigos do crescimento desenfreado já são planetários. Portanto, uma revolução cultural se faz necessária para a construção de uma nova sociedade serena, convival e sustentável.

¹ Pós-graduanda em Educação Ambiental– URCA. jaqueline_goncalves@yahoo.com.br.

² Professora– URCA. laudecimartins@yahoo.com.br.

NOVAS PERCEPÇÕES DO REGISTRO DE IMÓVEIS FRENTE AO GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

Joedson Cruz Cortez¹

Wesley Cruz Cortez²

Lídia Samantha Alves de Brito³

Leylane Varela Rocha Matias³

O tema georreferenciamento está causando uma grande polêmica para profissionais da agrimensura, advogados, topógrafos, registradores e tabeliães imobiliários, promotores de justiça, corretores de imóveis, incorporadores imobiliários, enfim uma gama de profissionais que estão se preocupando com as novas regras de descrição tabular do imóvel rural, regras estas que visam a resolver de vez o problema fundiário do país. Com a publicação da Lei de 10.267, de 28 de agosto de 2001 foram alteradas várias leis, dentre elas a Lei de Registro Públicos (Lei 6015/73). Ficou também instituído o CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, que em linhas gerais visa solucionar a problemática da regularização fundiária do país. Com a nova redação da lei em todo e qualquer processo de desmembramento, parcelamento, remembramento, transferência e autos judiciais que versem sobre imóveis rurais devem ser alvos do Georreferenciamento. Tratamos o georreferenciamento como um procedimento técnico executado por profissionais credenciados junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) utilizando equipamentos geodésicos do tipo L1/L2 que captam sinais de satélites em tempo real para dar uma maior precisão no levantamento da área rural. O objetivo do trabalho é estabelecer uma nova compreensão da Lei de Registro Público que foi alterada em partes pela Lei 10.267/2001. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfico-documental de natureza positivo-qualitativa. Foram utilizados os métodos da observação e da análise de conteúdo, bem como as técnicas de leitura e de pesquisa pela internet. O resultado foi um estudo teórico, que afirma a importância do registro imobiliário em que há o georreferenciamento de imóveis rurais, atingindo efetivamente maior segurança jurídica, pois os registros dos imóveis rurais georreferenciados apresentam a plena descrição do imóvel rastreada por satélites, o que dá confiabilidade ao que foi registrado.

¹URCA Tecnólogo em Construção Civil

²URCA. Acadêmico

³URCA Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET doutorwesley@gmail.com

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL E NO CEARÁ ENTRE 1990-2010: REFORÇOS PARA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL E DO TERRITÓRIO

Romênia Oliveira de Souza¹

A atividade turística recebeu atenção especial do governo brasileiro a partir da década de 1990 (e continua assim até os dias atuais). A conjuntura econômica do país era instável. As taxas de inflação estavam elevadas, só diminuindo com o advento do Plano Real. Em 1996 o governo federal delineou a primeira política pública de turismo contemplando a diversidade sociocultural e ambiental brasileira. Os principais objetivos eram desenvolver o setor, gerar oportunidades de emprego, capacitar profissionais, investir em infraestrutura básica e turística, aumentar as divisas e incentivar viagens domésticas. De um modo geral, as ações incentivavam o desenvolvimento econômico e social. Essa estratégia continuou nos governos Lula. O mais importante é que essa nova postura governamental também se refletia nas escalas regionais e estaduais. Por isso, este estudo tem como objetivo mostrar as políticas públicas de turismo ao nível de Brasil e Ceará do período 1990-2010 e indicar suas respectivas contribuições para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Utilizou-se de extensiva pesquisa bibliográfica a respeito dos temas políticas públicas, turismo e desenvolvimento. E realizou-se uma análise descritivo-analítica das ações realizadas pelos governos ao longo desses anos. As políticas intentam: criar, melhorar e ampliar as infraestruturas básicas e de turismo das áreas com potencial turístico; aumentar a oferta de serviços. Incrementar as ofertas de empregos e qualificar profissionais para o setor. Ainda é preciso melhorar a infraestrutura aeroportuária, dos serviços de hotelaria e a valorização de novos pontos turísticos em todas as regiões para que sejam atraídos mais turistas estrangeiros. Assim como o aumento do número de companhias aéreas competindo pela preferência dos consumidores.

¹Professora do - URCA romeniasol@bol.com.br

ASSISTENTES SOCIAIS E CONSELHO TUTELAR: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DE UM TRABALHO INTEGRADO NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CE

Suélien Bezerra Alves¹

Os Conselhos Tutelares, instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (arts. 131 a 140), foram criados para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes em suas cidades. Composto de cinco membros, maiores de 21 anos, que residam no município e que seja reconhecida idoneidade moral, o Estatuto ainda exige que haja “inegável capacidade técnica” dos integrantes do Conselho para execução de suas atribuições. O objetivo desse trabalho está em compreender de que forma, através do acompanhamento, orientação, encaminhamento, coordenação, elaboração e execução de políticas para solução dos problemas sociais ligados a infância e juventude, o profissional do Serviço Social colabora com o trabalho dos conselheiros tutelares no município de Icó – CE, no intuito de garantir, junto a equipe multidisciplinar, uma intervenção com medidas adequadas e eficazes aos casos atendidos. A construção do conhecimento científico foi pautada em pesquisas bibliográficas sobre a necessidade de inserção de assistentes sociais nos Conselhos Tutelares, além da observação participante no Conselho Tutelar do município de Icó - CE e sua ação integrada com os (as) assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social do citado município. Foi observado que apesar de haver colaboração entre conselheiros e assistentes sociais, há uma necessidade evidente de profissionais do Serviço Social e também da Psicologia estarem inseridos no quadro técnico dos Conselhos Tutelares, dada a complexidade das demandas atendidas e urgência de providências que respondam as especificidades dos atendimentos. Por mais que o ECA não estabeleça detalhes referentes a esta “capacidade técnica”, sabemos da necessidade de profissionais qualificados à atuação nos Conselhos Tutelares. O assistente social, sendo um profissional ligado à defesa intransigente dos direitos humanos, é o profissional com capacidade teórico-prática de atuação nos setores relacionados às expressões da questão social, também percebidas nas demandas dos Conselhos Tutelares.

¹Professora da Faculdade Vale do Salgado (FVS)

AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEIAM À EFETIVAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Francisca Emanuelle Alves de Araújo¹
Carliana Carvalho Fonteles²
Michel Monteiro Ferreira³

O presente trabalho visa discutir acerca das relações de poder que se entrelaçam entre Estado e Sociedade Civil, e que por sua vez permeiam o contexto da efetivação do controle social e da participação democrática, terá como locus de pesquisa o Conselho Municipal de Assistência Social do Crato, tendo em vista que os conselhos se efetivam, constitucionalmente, como espaços legítimos de controle social e participação democrática. Este estudo tem por objetivo central analisar as relações de poder que permeiam esses espaços, para tanto traçaremos o perfil dos conselheiros, analisaremos os processos de indicação, no caso dos representantes de entidade governamental e de eleição, no caso dos representantes da esfera não governamental, bem como investigaremos o conhecimento dos mesmos sobre a Política de Assistência Social, como também buscaremos entender e visualizar se à sociedade civil, como usuários da política de assistência, são conhecedores do papel a ser desenvolvido pelo Conselho Municipal de Assistência Social. A metodologia proposta para este estudo caracteriza-se como qualitativa, ancorada no método dialético, esta opção teórica, não se resume a diagnosticar o objeto de estudo, mas também de ser crítico e propositivo, visando dar um retorno no conhecimento produzido aos sujeitos que fizeram parte da pesquisa, contribuindo para uma maior qualidade na formação dos conselheiros, com enfoque na participação política e democrática. Para tanto elencamos os procedimentos metodológicos que serão utilizados nesta pesquisa: revisão bibliográfica, observação participante e análise documental. Os dados qualitativos serão estudados por meio da análise de conteúdo, a socialização dos resultados da pesquisa será realizada através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, através da participação em eventos, seminários de pesquisa e publicação de artigos sobre a temática, além de firmamos o compromisso ético com os sujeitos pesquisados de socializarmos os resultados da pesquisa como instrumento de fortalecimento do controle social e da participação democrática. Como resultados preliminares por meio da observação participante em conferências e reuniões do conselho, percebemos que as relações de poder de fato permeiam os espaços de construção democrática, pois sua participação decorre de indicações por meio de processos despolitizados, com vista apenas a cumprir datas e regulamentos estabelecidos na Política de Assistência, formando, portanto, um espaço burocratizado e meramente tecnicista, que por sua vez não descentraliza informações à sociedade civil, que acaba por não conhecer ou de fato não entender as reais e legítimas atribuições dos conselhos.

¹ Faculdade Leão Sampaio. Graduanda - emanuelle_antunes@hotmail.com

² Faculdade Leão Sampaio Professora - carlianacarvalho@hotmail.com

³ URCA Graduando - michelmonteiro32@hotmail.com

TÉCNICAS PROJETIVAS GRÁFICAS: DESENHO DA FIGURA HUMANA E DESENHO DA FAMÍLIA

Jonas Gomes de Oliveira¹
Lourisnédia Evangelista Lopes²
Juliana Linhares³

Este trabalho visa apresentar pontos importantes sobre os testes projetivos gráficos, especificamente o desenho da figura humana e o desenho da família. Estes pontos seriam: um pouco da história destes testes, a forma que estes são aplicados, com quem pode ser aplicado e para qual finalidade estes testes podem ser úteis na prática psicológicas. Não pretende-se com este trabalho trazer todos os conteúdos que falem sobre este tema, mas focalizar alguns referências teóricas que consistem ser mais confiáveis para apresentação. Objetiva-se ampliar o escopo de utilização dos testes projetivos mostrando as suas potencialidades e limitações, abrir espaço para discussão dos conteúdos relativos ao tema para construção de novas práticas, almejando aprimorar e desenvolver a ciência psicológica na região. Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica. Ao fim do levantamento teórico foi possível perceber que tais testes psicológicos são abrangentes e conseguem lidar com os temas que se propõem a avaliar como, por exemplo, desenvolvimento cognitivo infantil, personalidade e ajustamento social, níveis de ansiedade, o papel do indivíduo e muito das suas relações com sua família. De acordo com o que foi apreendido no decorrer do trabalho pode-se dizer que os testes psicológicos projetivos gráficos buscam aferir hipóteses sobre as questões subjetivas que perpassam pela vida do sujeito. Não é uma tentativa de enquadrar e limitar o sujeito a um determinado estereótipo, estes trazem uma grande facilitação da verbalização do sujeito, pois alguns conteúdos são muito difíceis de relatar. Os testes visam melhorar as formas de comunicação no processo avaliatório, projetando no papel e rebaixando as defesas, facilitando maior conhecimento do sujeito e expondo as questões que podem ser trabalhadas. Os testes psicológicos trazem uma gama de fundamentos para o psicólogo, podendo facilitar outras fontes de informação e apontar hipóteses diagnósticas que devem ser investigadas. Mesmo com tamanhos fundamentos, nenhum teste deve substituir o julgamento clínico, e, isoladamente ser utilizado fora de um contexto específico. Logo, nenhum teste permite um julgamento totalmente seguro sobre a personalidade de uma pessoa, sem a capacitação do profissional.

¹ Aluno da faculdade de ciências aplicadas Doutor Leão Sampaio (FALS) email: jonasgomes18@hotmail.com

² Aluna da faculdade de ciências aplicadas Doutor Leão Sampaio (FALS) email: nedia_lopes@hotmail.com

³ Professora orientadora e das disciplinas de exames psicológicos I e II e neuropsicologia da Faculdade Leão Sampaio (FALS) email: lulianalinhaires@leaosampaio.edu.br

ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES LOCAIS NO PROGRAMA BIODIESEL - MAMONA NOS MUNICÍPIOS DE QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM, ESTADO DO CEARÁ

José Welliton Silva do Nascimento¹
Artur Costa de Souza²
Kilmer Coelho Campos³

Objetiva-se conhecer o nível de atuação ou participação das configurações institucionais em programas de apoio ao cultivo da mamona nos Municípios de Quixadá e Quixeramobim no Estado do Ceará. Os dados de natureza primária foram coletados em 2011 por meio de entrevistas e aplicação de questionários com instituições locais. Os processos de cooperação e aprendizados interativos e os programas federais, estaduais e municipais contribuem positivamente para a melhoria e o desenvolvimento da produção de mamona da região. Há participação ativa entre produtores e configurações institucionais nestes processos, além da alta importância de programas específicos que dão suporte ao desenvolvimento da produção de oleaginosas. Para o Brasil, o biodiesel possui tanto vantagens econômicas, relacionadas à substituição de importações de petróleo e derivados, quanto sociais na geração de empregos e fixação do homem no campo, em razão da necessidade de mão-de-obra para o cultivo das oleaginosas empregadas na produção do combustível. Os dados de natureza primária serão coletados em pesquisa direta no período de janeiro de 2011, realizada através de questionário que aborda um conjunto de variáveis qualitativas, aplicado por meio de entrevista junto a representantes de instituições locais; e visitas e observações diretas a empresas e instituições de treinamento, capacitação de mão-de-obra, assistência técnica e gerencial, pesquisa e desenvolvimento. Dentre os órgãos federais, estaduais e/ou municipais entrevistados, pode-se citar o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), a Secretarias de Agricultura de Quixadá e Quixeramobim, o Sindicato Rural de Quixadá e Quixeramobim (SINRURAL), o Instituto Agropolos do Ceará e Representações da Petrobrás em Quixadá - CE destacam-se como os mais atuantes no apoio e na assistência aos produtores de mamona locais. Conclui-se que, a partir das parcerias firmadas entre a Petrobrás e os órgãos públicos municipais e estaduais foi possível identificar as reais necessidades dos agricultores familiares e assim disponibilizar maiores benefícios em favor da categoria, como as distribuições de sementes para os produtores, acompanhamento no cultivo e a compra da produção das oleaginosas, gerando assim, uma maior integração, assistência e confiabilidade dos produtores junto com os órgãos parceiros.

¹UF C- Bolsista – FUNCAP jwnascimento01@gmail.com

²UF C Bolsista – FUNCAP artur.costa1991@gmail.com

³UFC - Professor – Bolsista – FUNCAP kilmer@ufc.br

CRESCIMENTO E POBREZA NO CEARÁ: EVIDÊNCIAS A PARTIR DOS MUNICÍPIOS NO PERÍODO 2003-2010

Andréa Ferreira da Silva¹
Wellington Ribeiro Justo²

O presente trabalho tem como objetivo fornecer evidências sobre como o crescimento econômico tem impactado nos índices de pobreza dos cearenses bem como sobre possíveis efeitos espaciais na pobreza. De acordo com as evidências fornecidas por Silveira Neto (2005), a Região Nordeste apresenta o segundo maior percentual de crescimento da renda per capita e, contudo isso, mais de 50% da população cearense encontra-se em estado de pobreza. Surge-se assim, a necessidade de saber a relação do crescimento como um mecanismo de combate à pobreza no Ceará. Essas questões têm sido recentemente exploradas pela literatura empírica do Desenvolvimento Econômico chamado "Crescimento Pró-Pobre". Não há uma definição única para este, alguns entendem como sendo aquele crescimento capaz de gerar significativa redução da pobreza. Outros compreendem como um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da geração e usufruto dos seus resultados, os beneficiando com acesso às oportunidades. Há duas principais correntes do "Crescimento Pró-Pobre": a primeira se refere ao crescimento quando é capaz de reduzir a pobreza (RAVALLION E CHEN, 2003 *apud* SILVEIRA, 2005), e a segunda associa diretamente o crescimento com a diminuição da desigualdade de renda (KAKWANI E PERNIA, 2000 *apud* SILVEIRA, 2005). Este trabalho será realizado com levantamento bibliográfico, coleta de dados, estimação e análise dos modelos econométricos. Serão utilizados os dados secundários do IPECE, IPEA e IBGE, referente ao período: 2003 a 2010. A metodologia utilizada será o cálculo da Curva de Crescimento-Pobreza e para avaliar o crescimento pró-pobre estimar-se-á a elasticidade do crescimento em relação à pobreza para os diversos municípios. O período de 2003 a 2010 se refere aos dois mandatos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que é marcado pela elevação dos investimentos sociais através de políticas de transferências de renda e elevação crescente do salário mínimo. É possível, então, que estas ações possam ter afetado o crescimento pró-pobre nos municípios cearenses. É nesse contexto que se desenvolverá a presente pesquisa.

¹Graduando em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista CNPq. andrea.economia@yahoo.com.br

² Professor Adjunto do Departamento de Economia da URCA. Doutor em Economia pelo PIMES-UFPE. Orientador. justowr@yahoo.com.br

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA FRENTE ÀS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL

Cicero Charlison Renan Alves¹
Lais Almeida de Sousa²
Francisca Emanuelle Alves de Araújo³
Patrícia Karla Ferreira e Silva⁴

O seguinte ensaio se propõe analisar a sistematização e atuação do controle social na política de Assistência social do município de Juazeiro do Norte Ceará, bem como detectar os entraves, limites e possibilidades de articular um trabalho efetivo e cumprir a proposta democrática. Esse debate ganha dimensão a princípio na década constituinte em detrimento do período democratizante marcado pela consolidação da Constituição Federal de 1988 e as movimentações e mobilizações sociais fomentado por um debate democrático e emancipatório, visto que foi nesse mesmo período que a política neoliberal ganha espaços, provocando cada vez mais a lógica da privatização, fomentando os aspectos focalistas, fragmentados e pacificador das políticas sociais brasileiras. O método utilizado é a análise qualitativa dos dados coletado através de questionários aplicado aos conselheiros membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). O referencial teórico mais utilizado é o arcabouço teórico reflexivo da categoria do Serviço social, coadunando a análise dos dados a uma concepção crítica e dialética baseada nas obras de Gramsci. Conclui-se, que é nesse contexto que a democracia participativa perpassa por tencionamento, limites e entraves, expresso por um processo de cooptação, ingerência, correlações de força e uma cultura de privatização, fragilizando a articulação com os movimentos populares, sociais, políticos e ideológicos. Através dos dados coletados foi possível perceber que o controle social perpassa por diversos entraves na contemporaneidade, no que se diz respeito à concretização e a efetivação da proposta democrática propagada pela Constituição Federal de 1988. Nota-se haver um processo de cooptação e ingerência como forma de burlar e monopolizar os direitos, as informações, os serviços, fazendo com que a lógica dominante permaneça, evolua e beneficie a aristocracia do mundo capitalista. Estes parecem ser os principais fatores de dominação e controle, não da sociedade sobre o Estado, mas sim do Estado sobre a sociedade.

¹ Pós-graduando em Direito Constitucional pela Faculdade Leão Sampaio. onciole_alves@hotmail.com

² Pós-graduanda em Serviço social pela Faculdade Leão Sampaio. laisis_almeida@yahoo.com.br

³ Graduando em Serviço Social pela Faculdade Leão Sampaio. Emanuele_antunes@hotmail.com

⁴ Professora da Leão Sampaio. patricyak@hotmail.com

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA FRENTE ÀS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL

Cicero Charlison Renan Alves¹

Lais Almeida de Sousa²

Francisca Emanuelle Alves de Araújo³

Patrícya Karla Ferreira e Silva⁴

O seguinte ensaio se propõe analisar a sistematização e atuação do controle social na política de Assistência social do município de Juazeiro do Norte Ceará, bem como detectar os entraves, limites e possibilidades de articular um trabalho efetivo e cumprir a proposta democrática. O método utilizado é a análise qualitativa dos dados coletado através de questionários aplicado aos conselheiros membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). O referencial teórico mais utilizado é o arcabouço teórico reflexivo da categoria do Serviço social, coadunando a análise dos dados a uma concepção crítica e dialética baseada nas obras de Gramsci. Esse debate ganha dimensão a princípio na década constituinte em detrimento do período democratizante marcado pela consolidação da Constituição Federal de 1988 e as movimentações e mobilizações sociais fomentado por um debate democrático e emancipatório, visto que foi nesse mesmo período que a política neoliberal ganha espaços, provocando cada vez mais a lógica da privatização, concomitantemente fomentando os aspectos focalistas, fragmentados e pacificador das políticas sociais brasileiras. Conclui-se que é nessa conjuntura que a democracia participativa perpassa por tencionamento e entraves, expresso por um processo de cooptação, ingerência, correlações de força e uma cultura de privatização, fragilizando a articulação com os movimentos populares, sociais, políticos e ideológicos. Para a efetivação da pesquisa foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário o qual proporcionou o acesso aos dados uma vez que expõem falas e opiniões concretas dos sentimentos, valores e desafios dos membros. Através dos dados coletado é possível perceber que o controle social perpassa por diversos entraves na contemporaneidade, no que se diz respeito a concretização e a efetivação da proposta democrática propagada pela Constituição Federal de 1988. Nota-se que o processo de cooptação e ingerência como forma de burlar e monopolizar os direitos, as informações, os serviços, fazendo com que a lógica dominante aflore e beneficie a aristocracia do mundo capitalista são os principais fatores de dominação e controle não do sociedade sobre o Estado e sim do Estado sobre a sociedade.

¹ Pós-graduando em Direito Constitucional pela Faculdade Leão Sampaio. onciole_alves@hotmail.com

² Pós-graduanda em Serviço social pela Faculdade Leão Sampaio. laisis_almeida@yahoo.com.br

³ Graduando em Serviço Social pela Faculdade Leão Sampaio. Emanuele_antunes@hotmail.com

⁴ Professora da Leão Sampaio. patricyak@hotmail.com



XIV Semana de Iniciação Científica – "Ciência e Desenvolvimento Regional"
ISSN 1983-8174

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA FRENTE ÀS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL

Cicero Charlison Renan Alves¹

Lais Almeida de Sousa²

Francisca Emanuelle Alves de Araújo³

Patrícya Karla Ferreira e Silva⁴

O seguinte ensaio se propõe analisar a sistematização e atuação do controle social na política de Assistência social do município de Juazeiro do Norte Ceará, bem como detectar os entraves, limites e possibilidades de articular um trabalho efetivo e cumprir a proposta democrática. Esse debate ganha dimensão a princípio na década constituinte em detrimento do período democratizante marcado pela consolidação da Constituição Federal de 1988 e as movimentações e mobilizações sociais fomentado por um debate democrático e emancipatório, visto que foi nesse mesmo período que a política neoliberal ganha espaços, provocando cada vez mais a lógica da privatização, fomentando os aspectos focalistas, fragmentados e pacificador das políticas sociais brasileiras. O método utilizado é a análise qualitativa dos dados coletado através de questionários aplicado aos conselheiros membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). O referencial teórico mais utilizado é o arcabouço teórico reflexivo da categoria do Serviço social, coadunando a análise dos dados a uma concepção crítica e dialética baseada nas obras de Gramsci. Conclui-se, que é nesse contexto que a democracia participativa perpassa por tencionamento, limites e entraves, expresso por um processo de cooptação, ingerência, correlações de força e uma cultura de privatização, fragilizando a articulação com os movimentos populares, sociais, políticos e ideológicos. Através dos dados coletado é possível perceber que o controle social perpassa por diversos entraves na contemporaneidade, no que se diz respeito à concretização e a efetivação da proposta democrática propagada pela Constituição Federal de 1988. Nota-se que o processo de cooptação e ingerência como forma de burlar e monopolizar os direitos, as informações, os serviços, fazendo com que a lógica dominante permaneça, evolua e beneficie a aristocracia do mundo capitalista são os principais fatores de dominação e controle não da sociedade sobre o Estado e sim do Estado sobre a sociedade.

¹ Faculdade Leão Sampaio Graduado - onciole_alves@hotmail.com

² Faculdade Leão Sampaio Graduada - laisis_almeida@yahoo.com.br

³ Faculdade Leão Sampaio Graduando - Emanuele_antunes@hotmail.com

⁴ Faculdade Leão Sampaio, professora. patricyak@hotmail.com

EVOLUÇÃO DAS MPE'S (MICRO E PEQUENAS EMPRESAS) NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI NO PERÍODO DE 1995 A 2010

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo¹
Maria Jeanne Gonzaga de Paiva²

As micro e pequenas empresas desempenham um importante papel no cenário econômico brasileiro, apesar de todos os problemas que as mesmas enfrentam, quando se infere a geração de emprego, renda, tecnologia, estímulo ao desenvolvimento empresarial, interiorizando-o, também têm a incumbência de exercer um importante papel na cadeia produtiva. Não obstante incide no campo social, amortecendo o desemprego, reduzindo as disparidades sociais e elevando o padrão de vida. Contudo, fatores limitam o crescimento e impulsionam ainda a mortalidade dos micro e pequenos empreendimentos, destacando a dificuldade do acesso ao crédito, exiguidade de políticas públicas, que hoje despontam para incentivar e atenuar os agravantes neste segmento, e falhas de gerenciamento. Destarte, as micro e pequenas empresas são pilares do desenvolvimento econômico e social do país, portanto, alvo de estudo. Esta pesquisa tem por objetivo demonstrar a evolução das micro e pequenas empresas nos setores de serviço, comércio e indústria na Região Metropolitana do Cariri no período de 1995 a 2010, verificando ainda se o setor de serviços vem obtendo uma maior participação nos últimos anos, assim como analisando a contribuição destes setores para a geração de empregos nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Farias Brito, Santana do Cariri e Nova Olinda. Diante disto, a pesquisa será realizada na Região Metropolitana do Cariri, no sul do Ceará, utilizando dados de natureza secundária obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponíveis nas bases de dados estatísticos do site do Ministério do Trabalho. Para definir o tamanho das empresas foi adotado o critério utilizado pelo Sebrae. A interpretação dos resultados será realizada mediante análise tabular, gráfica e descritiva.

¹ URCA - Bolsista do CNPQ genur@yahoo.com.br

² URCA - Docente do Departamento de Economia jeanne.paiva@urca.br

VALORAÇÃO ECONÔMICA DO PARQUE ECOLÓGICO ESTADUAL DO SÍTIO FUNDÃO NA CIDADE DE CRATO-CE A PARTI DO MÉTODO DE AVALIAÇÃO CONTINGENTE

Camila Pereira Brígido Rodrigues¹
Wellington Ribeiro Justo²

A redução dos ativos ambientais é um acontecimento conhecido que faz parte da evolução, porém vem sendo agravado com a atuação irresponsável do homem. A diminuição dos ativos em alguns casos tem levado ao seu esgotamento. Estes atos têm impactos negativos sobre a qualidade de vida do homem e imposto restrições às atividades produtivas. Posto isto, este estudo tem por objetivo analisar a disposição a pagar pelo Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão por meio do método de avaliação contingente. Este método consiste na aplicação de questionários permitindo revelar a preferência do consumidor para depois analisar as disposições a pagar pela criação, recuperação e preservação da área verde e do patrimônio histórico cultural do referido parque. Faz-se, portanto, uma análise a partir da técnica de valoração ambiental para identificar no contexto da criação e conservação o seu custo de oportunidade de criação e manutenção. O Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão criado pelo decreto estadual 29179/2008 por se tratar de uma região que em sua área verde possui resquícios de mata atlântica com a vegetação nativa preservada e flora bastante diversificada, além de outros biomas ricos em biodiversidades. O referido parque localiza-se no município de Crato e ocupa uma área de 93.520 hectares caracterizada como unidade de conservação de proteção integral. O Sítio Fundão possui além de riquezas ambientais uma riqueza cultural por abrigar uma casa de taipa com dois pavimentos que é uma raridade na região Nordeste do Brasil entre outros patrimônios históricos. Todo esse patrimônio histórico e ambiental tem sido constantemente ameaçado através da ação de vândalos. Além da deterioração das construções, a área vegetal sofre com incêndios criminosos todos os anos. Seus limites fazem partes do Geotopo Batateiras do Geopark Araripe. Até então foi realizada a aplicação de 60 questionários de forma estratificada pela população dos municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte de forma aleatória. A pesquisa piloto de campo (piloto) foi realizada durante os meses de Junho e Julho de 2011. Na pesquisa piloto os entrevistados apresentaram o seguinte perfil médio: a maioria é mulher (58%), com renda média familiar de R\$ 1746,00. Aproximadamente (38%) conhecem o Sítio Fundão e (27%) estariam dispostos a pagar para a criação e manutenção do parque.

¹ URCA - Bolsista FUNCAP. camilabrigido@hotmail.com

² URCA – Professor - justowr@yahoo.com.br

EFICIÊNCIA TÉCNICA DA APICULTURA FIXA E MIGRATÓRIA NA MICRORREGIÃO DO CARIRI, CE

Wescley de Freitas Barbosa¹
Eliane Pinheiro de Sousa²

A apicultura é um empreendimento desenvolvido com reduzidos investimentos e custos operacionais e permite o consórcio com qualquer outra atividade agropecuária. Seus produtos gerados são naturais e possuem alto valor de mercado. A apicultura pode ser dividida em fixa e migratória, sendo que na fixa, os apiários são fixos, enquanto que na migratória, os apicultores transportam seus apiários para diferentes localidades durante o ano em busca de maior produtividade, porém requer consequentemente maiores custos e investimentos. A microrregião do Cariri apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento desta atividade, a flora nativa disponível proporciona a produção do mel orgânico que alcança preços elevados no mercado. Dadas essas características, esta microrregião apresentou a segunda maior produção de mel do Estado do Ceará em 2009. Nesta região, a apicultura é exercida como atividade secundária por trabalhadores que desempenham atividades agrícolas e não agrícolas buscando complementar suas rendas. Neste contexto, tendo em vista a importância do setor apícola para o desenvolvimento da microrregião cearense do Cariri, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a eficiência técnica dos apicultores fixos e migratórios localizados nesta região. Especificamente, pretende-se mensurar os escores de eficiência técnica de tais apicultores empregando a orientação insumo, que busca reduzir os insumos sem modificar o nível dos produtos, identificar os *benchmarks* a serem seguidos pelos apicultores menos eficientes no sentido de orientá-los para uma melhor alocação de recursos e verificar os determinantes da eficiência técnica para os apicultores fixos e migratórios com diferentes níveis de eficiência. A técnica utilizada neste estudo para análise da eficiência de cada unidade produtora será o método de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis* - DEA), cuja operacionalização será realizada por meio do software Efficiency Measurement System (EMS) versão 1.3. Além desse instrumental, também será utilizado o método de regressão quantílica, com o intuito de identificar as variáveis que influenciam a eficiência técnica ao longo de pontos distintos da distribuição dos índices de eficiência dos apicultores fixos e migratórios. Este método será operacionalizado pelo software STATA 11.2.

¹ URCA - Bolsista PIBIC CNPq.- barbosa.wescley@gmail.com

² URCA - Professora - pinheiroeliane@hotmail.com

DESEMPENHO COMPETITIVO DOS APICULTORES NA MICRORREGIÃO DO CARIRI, CE

Wescley de Freitas Barbosa¹
Eliane Pinheiro de Sousa²

A apicultura, criação de abelhas do gênero *Apis mellifera* com fins econômicos, apresenta baixo custo inicial e facilidade de manutenção em relação às demais atividades agropecuárias. Esta atividade proporciona ao homem do campo ocupação e geração de renda, evitando a migração para a cidade. Dada a importância do setor apícola para o desenvolvimento da microrregião do Cariri, o presente trabalho se propôs a identificar os determinantes da competitividade dos apicultores nessa região. Como a apicultura fixa e migratória apresentam características distintas, foi analisado o desempenho competitivo considerando as duas formas de manejo. Especificamente, buscou-se traçar o perfil socioeconômico desses apicultores e mensurar um índice de desempenho competitivo. Para atender ao primeiro objetivo deste estudo, empregou-se análise tabular e descritiva dos dados e para cumprir o segundo objetivo proposto, utilizou-se estatística multivariada de análise fatorial. Os escores fatoriais obtidos foram utilizados para a elaboração do índice de desempenho competitivo dos apicultores na microrregião do Cariri (IDCAC), possibilitando a hierarquização desses apicultores. Os resultados indicaram que na apicultura fixa, a competitividade foi explicada por quatro fatores, a saber: fator produtivo e intelectual; fator trabalho, fator gestão competitiva sustentável e fator tecnológico, que explicaram, respectivamente, 22,264%, 19,818%, 15,113% e 9,632% da variância dos dados. Na apicultura migratória, os quatro fatores que explicaram o desempenho competitivo foram: fator gestão competitiva tradicional, fator gestão competitiva sustentável, fator tecnológico e apicultura como atividade principal, sendo que cada um explicou, respectivamente, 41,364%, 14,696%, 12,737% e 11,619% da variância dos dados. Seguindo os critérios de que se considera com elevado nível de desempenho competitivo os apicultores que tiverem índice de desempenho competitivo acima de 0,70, nenhum apresentou essa classificação na apicultura fixa nem na migratória. A maioria registrou índice de desempenho competitivo abaixo de 0,35, sendo classificado como baixo desempenho competitivo e apenas 6 apicultores fixos e 5 móveis se encontram com índice de desempenho competitivo no intervalo entre 0,35 a 0,70, apresentando médio nível de desempenho competitivo.

¹ URCA - Bolsista PIBIC CNPq.- barbosa.wescley@gmail.com

² URCA - Professora - pinheiroeliane@hotmail.com

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Francilda Alcantara Mendes¹

O desenvolvimento sustentável é aquele que não esgota os recursos para o futuro garantindo que a geração atual satisfaça suas necessidades sem comprometer que as gerações futuras também possam satisfazer suas próprias necessidades. Na prática a sustentabilidade contribui para que as economias mundiais continuem seu processo de desenvolvimento sem exaurir os recursos naturais. Os direitos humanos, por sua vez, têm por base valores supremos do homem e de sua dignidade valorizando sociedades igualitárias e pacíficas, o que estimula e garante o direito ao desenvolvimento com base em uma justiça econômica distributiva. Assim, este trabalho pesquisa a contribuição dos direitos humanos para o desenvolvimento sustentável, a fim de que as sociedades sejam menos excludentes e com menor grau de tensão social. Para tanto foi empregado o método da pesquisa exploratória a partir de levantamento bibliográfico. Sendo que os objetivos da pesquisa consistem em descrever, investigar e analisar a importância dos direitos humanos para a sustentabilidade. Os resultados obtidos indicaram que o desenvolvimento sustentável é um direito fundamental do ser humano, assim como o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, pelo que se conclui que toda forma abusiva e irracional do uso dos recursos naturais deve ser rechaçada em todos os âmbitos da sociedade.

¹ UVA - Professora francildamendes@hotmail.com

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Francilda Alcantara Mendes¹

A coisa julgada, fundamental para a segurança jurídica do Estado democrático de Direito permite que o conteúdo declaratório da decisão transitada em julgado se torne imutável para as partes e para os órgãos jurisdicionais. Recentemente, porém a ciência jurídica acolheu a possibilidade de relativização deste importante instituto jurídico permitindo a rediscussão de decisões injustas já acobertadas sob o manto da coisa julgada. Tal possibilidade, que ainda não encontra consenso entre os doutrinadores fomenta o conflito entre o direito à segurança jurídica e o respeito aos princípios e garantias fundamentais que não podem suportar a imutabilidade de uma sentença injusta mesmo que atingida pela coisa julgada. Desta forma, o estudo sobre este tema justifica-se não apenas por facilitar a compreensão da polêmica que o envolve, mas também para buscar resultados capazes de equilibrar a segurança jurídica com a possibilidade de mitigação da coisa julgada. Para tanto a pesquisa utilizou-se do método da ponderação de bens, da teoria da Relativização da Coisa Julgada Material e da pesquisa bibliográfica, a fim de atender ao objetivo geral de conciliar a situação conflituosa já descrita, bem como seus objetivos específicos de descrever, analisar, investigar e contribuir para a harmonização da coisa julgada frente a sua possibilidade de relativização. Os resultados obtidos indicaram ser possível a relativização da coisa julgada em hipóteses excepcionais para assegurar soluções mais justas aos litígios com base na conciliação dos princípios fundamentais. Pelo que se concluiu que apesar de fundamental para o mundo jurídico a coisa julgada não é um valor absoluto.

¹ URCA – Especialista - francildamendes@hotmail.com

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS

Isaac Nogueira de Almeida¹
Theresa Rachel Couto Correia²

O projeto “Núcleo de Direitos Humanos” busca a interação entre graduação e pós-graduação em Direito da UFC na construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento de dispositivos jurídicos decorrentes dos tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário, e da jurisprudência sedimentada pelos Tribunais Internacionais, que constituem uma fonte potencial para o desenvolvimento de novos parâmetros de atuação dos estudantes de direito, juristas em formação, em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de três ações principais: ensino, pesquisa e extensão. Como metodologia selecionou-se por fazer uma pesquisa experimental de campo cumulada com pesquisas bibliográfica, documental e descritiva. A primeira atividade concentra-se na oferta de disciplinas optativas e obrigatórias, na graduação e na pós-graduação. A segunda focaliza o conhecimento na área de Direitos Humanos e a identificação do problema jurídico, promovendo a divulgação de direitos bem como a criação de subsídios para políticas universitárias em Direitos Humanos. A terceira atividade visa o desenvolvimento de um espaço de reflexão permanente no processo de sensibilização e formação da consciência crítica. O projeto está em fase de desenvolvimento. Como resultado esperado pretende-se reverter o quadro de desestímulo educacional desatrelada das necessidades sociais. Desta feita, conclui-se, em resumo abreviado, que o projeto tem como propósito sedimentar o estudo e a importância dos Direitos Humanos no campo acadêmico e na comunidade, em forma de extensão. O projeto está em fase de execução.

¹ URCA - Bolsista PIBIC-URCA- isaacnogueira1@gmail.com

² URCA – Professora- -theracouto@ig.com.br

A HERMENÊUTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DE UMA JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DA LEI MARIA DA PENHA

Isaac Nogueira de Almeida¹
Francisca Edineusa Pamplona Damacena²

Em 2006 foi aprovada a Lei nº. 11.340, que cria mecanismos para reprimir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Porém, para se atingir objetivos concretos, fatores externos aos textos legais são essenciais para que haja uma real erradicação da violência de gênero. Como exemplos desses fatores têm-se as decisões judiciais colegiadas de segundo grau de jurisdição, tomadas pelo Superior Tribunal de Justiça, e sua interpretação no contexto social. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as decisões do Superior Tribunal de Justiça quanto à Lei Maria da Penha e suas formas de interpretação. O método adotado foi o hipotético-dedutivo, usando procedimento estruturalista. A pesquisa analisou as decisões colegiadas tomadas pelo Superior Tribunal de Justiça, representado pelos seus Ministros em acórdãos, relatórios e votos. Nos resultados, constatou-se que os principais pontos de divergência são quanto à necessidade da representação da vítima na instauração da ação penal, o conflito de competência, a refutação da aplicabilidade da Lei 9.099/95 e a possibilidade de retratação em juízo do agente agressor. Um dos pontos pacificados quanto à Lei Maria da Penha foi em relação à propositura da ação penal pelo Ministério Público em casos de lesões corporais de natureza leve, onde é condicionada à representação, que pode ser informal (STJ, Mandado de Segurança 2007/0296925-4). Quanto ao art. 41 da Lei Maria da Penha, que afasta a aplicabilidade da Lei 9.099/95 em casos de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, restringe-se à exclusão do procedimento sumaríssimo e das medidas despenalizantes. A conclusão apurada até esta fase de desenvolvimento da pesquisa foi que a interpretação do Superior Tribunal de Justiça afasta aberrações legais ao querer opor a lei às suas próprias necessidades, mas ainda há muito que evoluir.

¹ URCA - Bolsista PIBIC-URCA- isaacnogueira1@gmail.com

² URCA - Professora - edineusapamplona@gmail.com

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS DEMANDAS JURÍDICO-SOCIAIS: UMA ANÁLISE NA COMARCA DE ICÓ-CEARÁ

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa¹
Margemeire Figueiredo de Sousa²
Juliana Barreto de Carvalho anorim³

Atualmente o campo de trabalho do Assistente Social vem passando por grandes transformações, o que requer um conjunto de conhecimentos específicos na atuação profissional. Uma das áreas que vem demandando atuação técnica do Assistente Social é a área jurídica, emergindo a necessidade de que o profissional da Assistência Social que atua no âmbito do Poder Judiciário tenha sólido embasamento teórico-metodológico, o que implica no domínio de um conjunto de habilidades e competências como pressuposto para uma atuação engajada com o projeto ético-político. Este profissional tem que sistematizar as diversas dimensões da realidade social que se fazem presentes no seu cotidiano profissional e ter a consciência de que o seu saber e suas ações devem estar articulados com políticas e projetos sociais. Dessa forma, o papel do Assistente Social no Judiciário vai além de emitir laudos, realizar visitas e elaborar estudos, perpassa, também, pela proposição de ações que venham a contribuir para que os espaços profissionais dentro do Judiciário sejam de garantia de direitos individuais e coletivos. O presente artigo tem como problemática central a análise do impacto das demandas jurídicas encaminhadas aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Para isto, foram estabelecidos os seguintes objetivos: avaliar a legitimidade das demandas jurídicas que dizem respeito à questão social e como estas interferem nos andamentos dos trabalhos nas referidas unidades, investigando a apropriação do trabalho dos profissionais e o papel do Assistente Social nestas demandas institucionalizadas. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, seguida de uma pesquisa exploratória de campo com aplicação de um questionário com os assistentes sociais dos CRAS. Como resultado, observou-se que as demandas judiciais, no que se refere aos direitos sociais individuais e coletivos, vêm se apropriando do trabalho do Assistente Social por meio do Centro de Referência da Assistência Social. E o mais preocupante é a forma impositiva como vem ocorrendo esta apropriação da força de trabalho do profissional, ficando o mesmo aprisionado em sua concepção de efetivação das demandas sociais, tendo em vista que a recusa na realização destas demandas traduz-se, na prática, na violação ao direito do usuário em ter acesso aos serviços da assistência.

¹ Faculdade Vale do Salgado (FVS). Graduanda- magli_fvs@hotmail.com

² Faculdade Vale do Salgado (FVS). Graduanda- mage.figueiredo@hotmail.com

³ Faculdade Vale do Salgado (FVS). Professora- juliana@fvs.edu.br

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E NÍVEIS DE BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES RURAIS DO NORDESTE, 2004 E 2008

Anderson Alcantara Medeiros¹
Christiane Luci Bezerra Alves²

Durante a década de 90, os trabalhadores rurais foram amplamente alcançados pelo uso de políticas macroeconômicas que modificaram a economia rural. Tendo em vista que a economia rural é demasiadamente importante no Brasil, seja como fornecedora de matéria-prima, seja como produtora de bens alimentícios, a sua estrutura e funcionamento alteram e revelam o nível de bem-estar social da sociedade. Esta pesquisa tem como principal objetivo a análise de elementos significativos do padrão de bem-estar dos trabalhadores rurais do nordeste brasileiro, com base nas transformações na economia e na agropecuária. Terá também destaque neste estudo: A descrição das mudanças recentes ocorridas no mercado de trabalho rural nordestino, com ênfase para os impactos provocados pelas transformações nos espaços rurais; Descrição do comportamento da dinâmica agropecuária do Nordeste sobre a perspectiva das transformações no meio econômico; Verificação do nível de bem-estar dos ocupados rurais nordestinos com base no índice de qualidade de emprego (IQE), focando-se no estudo da população rural nas ocupações agrícolas e não-agrícolas, analisando a qualidade das ocupações não agrícolas comparativamente às atividades estritamente agrícolas; Construir um perfil atual do trabalhador rural do nordeste através da verificação da evolução do trabalhador no mercado de trabalho rural. Para tanto, utilizar-se-á de uma pesquisa orientada por um pólo metodológico descritivo através da coleta de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), com a extração dos dados através do software *stata*. Um conjunto de fontes secundárias poderá ser utilizado para a obtenção de maiores informações, sendo estas fontes obtidas junto aos principais institutos de pesquisa nacionais, regionais e estaduais. Dados sobre a dinâmica econômica do Nordeste serão obtidas junto ao Banco do Nordeste, IPEA e IBGE. Dados da CAGED e RAIS, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego, serão utilizados para o estudo da evolução do mercado de trabalho Nordestino. A pesquisa não se utilizará de dados primários.

¹ URCA - Bolsista PIBIC andersonalcantaramedeiros@hotmail.com

²URCA - Professora chrisluci@gmail.com

BULLYING: UMA PRÁTICA QUE FERRE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Elisneian Chaves¹

Desde 1990, o Brasil possui uma legislação voltada somente para salvaguardar direitos de crianças e jovens, seres em desenvolvimento, como bem vem inserido no texto do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No entanto, hoje nos deparamos com uma realidade assustadora, o *bullying* está cada vez mais presente no cotidiano de crianças e adolescentes, fato este demonstrado pela mídia que a cada dia vem noticiando cada vez mais matérias a esse respeito, com isso vemos direitos básicos como a dignidade, o respeito e a liberdade serem violados e negligenciados por aqueles que têm o dever de garantir tais direitos. Essa violência, caracterizada pela repetição e intencionalidade dos atos, manifestada através de ações como insultos, isolamento da vítima, espalhar comentários depreciativos, criticar aspectos sociais como opção religiosa, modo de vestir-se, aparência pessoal, etnia entre outros tem causado sérios danos à convivência sadia e ao desenvolvimento saudável desses seres, impossibilitando-os de terem um desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social adequado e o que é pior, percebemos o despreparo dos pais, da sociedade e até mesmo da escola em lidar com tal situação. Referimo-nos à escola porque é neste ambiente onde ocorre o maior número de incidentes desse tipo. Nesse estado de coisas, faz-se mister debates sobre o assunto para que se possa encontrar caminhos que levem a solução, ou pelo menos minimise essa prática. Precisamos conhecer bem o *bullying*, suas causas, consequências e todos os meandros que envolvem tal problemática para que a partir de uma atuação conjunta entre Poder Público, sociedade e a família, tal violência possa ser superada e para que crianças e jovens possam ver seus direitos sendo respeitados.

¹URCA Estudante– elisneian@hotmail.com

O CORONELISMO NA CIDADE DE CRATO: INCIDENCIA DE UM SISTEMA JURIDICO EXTRA ESTATAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS DO SÉCULO XX

Philippe Nery dos Santos Primo Saraiva¹
Ana Elisa Linhares de Meneses Braga²

No início do século XX, a cidade de Crato passava por um período singular em sua história, vivia uma época conhecida como coronelismo. As relações sociais pertinentes a essa época estavam embasadas na questão agrária, já que possuir um lote de terra significava status e poder para o indivíduo. Nesse panorama, a figura do coronel, nome dado aos proprietários das terras, era importante fonte de manutenção da estrutura política e social. O coronel controlava a população cratense e transformava essa dominação em moeda de troca com os políticos da capital estadual. Assim, era construída a estrutura sócio-econômica da cidade de Crato nos primórdios do século XX. É necessário salientar que os latifundiários dispunham de mecanismos para manter-se no topo da pirâmide social da região, o principal deles era, sem dúvida, o uso da violência excessiva através dos cangaceiros. Os cangaceiros eram homens rudes, que na maioria das vezes eram oriundos dos currais de seus próprios patrões, descendentes de escravos, compunham a parcela miserável do povo cratense, viam na servidão aos coronéis uma maneira de sobreviver na difícil realidade da região. Eram escudos usados pelos senhores de terra na manutenção do *status quo*. Destacável era, sobretudo, a enorme insegurança vivida pelos habitantes da região, pois além de estarem sob domínio do coronel e de seus cangaceiros, enfrentavam a total ausência do estado como instituição garantidora dos direitos humanos. A polícia, como órgão responsável pelo zelo do cumprimento da lei, não tinha estrutura básica para desempenhar a sua função e atender os problemas da comunidade. Era composta por homens tão pobres e ignorantes quanto os cangaceiros fora da lei, e em muitas vezes os policiais e cangaceiros eram parentes ou oriundos da mesma comunidade. Percebe-se então, que não existia nenhum órgão que aplicasse a lei nessa região, sendo notável a presença de uma legislação não positivada e paralela à lei brasileira, atestando a total ineficácia desta em relação àquela. Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivos verificar a existência de um sistema jurídico extra-estatal na cidade do Crato nessa época, bem como verificar como esse sistema jurídico paralelo influenciou na qualidade de vida da população cratense, na eficácia jurídica do Código Penal de 1890 e no trabalho da polícia como braço armado do estado. Objetiva-se também descobrir quais as principais personalidades que integraram a estrutura social dessa época. Os objetivos serão atingidos através do levantamento e uso de documentos literários que remontam a realidade vivida naquela época, far-se-á também entrevistas com pessoas de notável conhecimento sobre o tema pesquisado. Ressalta-se a importância desse estudo para os estudantes e profissionais do Direito que necessitam entender as origens do sistema jurídico atual em busca de se identificar as peculiaridades para solucionar as possíveis dificuldades existentes na prática da atividade jurídica.

¹ URCA (bolsista do PIBIC) pnphilippe5@gmail.com

² – URCA (professora) anaelisaht@yahoo.com.br

A PERSPECTIVA DO DIREITO DE RESISTÊNCIA À LUZ DA MAGNA CARTA BRASILEIRA DE 1988

Danielly Pereira Clemente¹
Cícero Reginaldo Nascimento Santos²

A resistência manifesta-se na história da humanidade como um direito natural de insurgir contra todas as formas de opressão. Hodiernamente, esse direito é exercido contra as leis injustas, o abuso de poder e as ameaças ao regime democrático como forma legítima de participação social. A Constituição brasileira de 1988, contudo, não consagra expressamente esse direito, mas confere mecanismos para exercê-lo. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva averiguar quais são os instrumentos institucionalizados ou não na Magna Carta que possibilitam materializar o direito de resistência. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico exploratório a partir de um material pré-constituído, principalmente, de livros e artigos científicos com a posterior análise dos achados da pesquisa, estabelecendo um liame entre o conteúdo e o alcance das ferramentas jurídicas de resistência. O direito de petição, o direito de greve, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, as ações de inconstitucionalidade, o mandado de injunção, a ação popular e o plebiscito foram apontados na literatura como mecanismos de resistência expressos na constituição. Os movimentos sociais e a desobediência civil foram sinalizados como instrumentos implícitos, mas plenamente legítimos a partir de uma hermenêutica constitucional. Constatou-se, portanto, que o direito de resistência é afirmado enquanto direitos humanos de quarta geração relacionada à democracia, validado pela corrente filosófica *jusnaturalista* e exercido em *ultima ratio*.

¹ URCA. Estudante - danis_pc@yahoo.com.br

² Faculdade Leão Sampaio. Professor - regis.n.s@hotmail.com

AJUSTES NA INDÚSTRIA BRASILEIRA FRENTE AOS “DILEMAS” DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS ANOS 2000

Karen Nayara Pereira Sobreira¹
Christiane Luci Bezerra Alves²

O esgotamento do processo de substituição de importações, desde o final dos anos 1970, expõe as fragilidades de uma economia brasileira com características fortemente protecionistas: escalas produtivas ineficientes, custos e preços elevados, produtos tecnologicamente defasados, contrastando com margens de lucro bastante elásticas. Com a profunda reforma da política comercial, em março de 1990, a indústria brasileira iniciou um processo de transformação estrutural para se integrar ao mercado mundial. Passou-se à adoção de políticas liberais de comércio, com o fim das barreiras não-tarifárias e a diminuição das tarifas. A abertura da economia, no 1º governo FHC, ocasionou déficits vultosos na balança comercial e no saldo de transações correntes e a manutenção da taxa de juros em patamares elevados, visando atração de capitais estrangeiros, aumenta significativamente a dívida pública brasileira, fragilizando e comprometendo o setor público, refletindo-se, também, em restrição no nível de atividade econômica. Na segunda metade dos anos 1990, o controle da inflação, ancorado na sobrevalorização do câmbio teria contribuído, para muitos autores, para um processo de “desindustrialização” da economia brasileira. O setor produtivo local teve de engendrar uma reação defensiva para se adaptar e sobreviver em um ambiente de bruscas mudanças e acirrada competição. O baixo dinamismo da economia brasileira persiste nos anos 2000, refletido em baixas taxas de crescimento do PIB, o que também se manifesta na restrição do crescimento da indústria de transformação. Esse cenário de restrições ocorre a despeito do contexto internacional favorável no mercado de bens, que manteve a expansão do comércio mundial, valorização do preço internacional das commodities e momentos de expansão da liquidez. Nesse contexto, esta pesquisa, baseada na observação de dados secundários obtidos junto aos principais institutos de pesquisa nacionais, pretende identificar o padrão de comportamento da indústria brasileira frente aos “dilemas” do crescimento econômico nos anos 2000.

¹ URCA - Bolsista PIBIC/CNPq - karen-nayara@hotmail.com

² URCA - Professora - chrisluci@gmail.com

DEPRESSÃO INFANTIL EM NARRATIVAS FAMILIARES: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRADUÇÃO DA DOR E SOFRIMENTO PSÍQUICO

Terezinha Matias da Silva Sousa¹
Modesto Leite Rolim Neto²
Polliana de Luna Nunes Barreto³

Esta pesquisa visa compreender e explicar o papel da família nos deslindes inerentes à depressão infantil no contexto do processo ensino e aprendizagem. Apresenta uma abordagem inovadora que suscita o entendimento e as buscas de soluções para muitas questões pertinentes ao convívio com a doença na interface da escola. O uso de metodologia não convencional para a questão da saúde mental infantil e, sobretudo, o uso de narrativas familiares, é considerado estratégico pelo que diz respeito à construção participativa no entendimento de casos em escolas públicas. No presente estudo foi contemplada a cidade de Juazeiro do Norte –Ce, onde os índices de depressão infantil aumentaram significativamente de 2000 a 2010, na maior parte em crianças na faixa etária de 06 a 10 anos, interferindo sobremaneira nos processos cognitivos do aprender. Percebeu-se que o sentimento de dor e sofrimento psíquicos, oriundos da depressão infantil, é o mais focado pelos familiares (87%) porque é ele que desencadeia o maior número de desconfortos, dada a sua difícil dominação e implicações no processo de aprendizagem.

¹ URCA – Acadêmica - terezasaymon@hotmail.com

² UFC – Professor - modestorolim@yahoo.com.br

³ UFC – Mestranda - polliana@cariri.ufc.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E O CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

Agenor Leandro de Sousa Filho¹
Stéphanie Bezerra de Souza²
Andréa Ruth Machado Silva³
Débora Adriano Sampaio⁴

Aborda o Controle Bibliográfico Universal (CBU) que tem por objetivo proporcionar a preservação da memória coletiva de um país através da guarda e disponibilização, sob a instrumentalidade das Agências Bibliográficas Nacionais, proporcionando um acesso eficiente, com poucos recursos e sem obstáculo à informação. Objetivou-se analisar bibliograficamente a importância da Fundação Biblioteca Nacional, no Brasil, enquanto Agência Bibliográfica Nacional, demonstrando sua relevância em termo de preservação do patrimônio coletivo-cultural e identificando o seu aparato informacional à vista dos instrumentos do CBU. Com a explosão de publicação de documentos surgiu à necessidade de efetuar o controle de tudo que havia sendo publicado, para uma boa recuperação da informação devido a ampla difusão de pesquisas e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, processo esse acelerado com o uso das tecnologias. Assim, o controle bibliográfico é fundamental para a conquista eminente da guarda, da preservação da memória e da disponibilização da informação. Conclui-se que o controle bibliográfico só é possível mediante um uso adequado e qualificado dos instrumentos da ABN e também que o controle Bibliográfico Universal só é possível mediante essa sistematização interna de cada país, controle bibliográfico nacional, atrelados intrinsecamente com os seus instrumentos que possibilita a melhor recuperação da informação desejada.

¹ UFC – Estudante – agenor.leandro@gmail.com

² UFC – Estudante – stephanie.ufc@gmail.com

³ UFC – Estudante – andrea.ruth@hotmail.com

⁴ UFC – Professora – deborasampaio13@yahoo.com.br

ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO ASSENTAMENTO IRMÃOS BRASIL, ASSARÉ (CE)

Adelia Alencar Brasil¹

Francisca Laudeci Martins Souza²

Enchentes, secas, terremotos, derretimento de geleiras, excessiva produção de resíduos sólidos, poluição das águas, intoxicação de massa por alimentos, morte dos mananciais, elevada incidência de câncer são apenas alguns poucos dos muitos problemas que podem ser atribuídos ao modelo de crescimento econômico cuja centralidade é o capital, sua reprodução e manutenção. Por outro lado, são justamente problemas como esses que têm deslocado o foco para a rediscussão do conceito de desenvolvimento, ou seja, que apontam para necessidade de uma outra visão, a partir de uma concepção de desenvolvimento que incorpore além da economia, a cultura, o espaço, o ambiente, o território, enfim. Nesse contexto, é necessário repensar a configuração do espaço rural e suas práticas muitas vezes pautadas pela imposição da tecnologia e do sistema de produção. Desse modo, esta pesquisa elege como lócus para pensar a re-configuração dos espaços rurais à luz do debate em torno do conceito de sustentabilidade, a Associação Irmãos Brasil, localizada no Sítio Baixio Grande, município de Assaré, sul do Ceará. Este trabalho objetiva compreender a implementação de um projeto público de fundamento declaradamente sustentável implementado na Associação Irmãos Brasil. Especificamente, intentamos: compreender a problemática no processo de execução; observar as mudanças ocorridas ao longo do tempo e o uso de ecologias adequadas que levem ao aumento da produtividade dos produtos trabalhados. O trabalho para ser realizado foi necessário recorrer a fundamentação teórica a cerca dos conceitos elencados, levantamentos bibliográficos e pesquisa direta junto à Associação em estudo. Os resultados em partes são significativos diante da realidade encontrada e a partir de comparativos de dados obtidos e da análise do processo de desenvolvimento local que apontam para melhoria de vida das pessoas envolvidas, a geração de emprego e renda e a nova concepção de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável com o uso de novas práticas na agricultura. Ao discutirmos a questão das estratégias de sustentabilidade no campo, a partir de projetos que estão sendo executados, é possível perceber de forma clara e objetiva a dificuldade de efetivação dos projetos; a reflexão em torno das práticas de sustentabilidade e a nova visão da relação homem e meio ambiente.

¹ URCA. Graduada – adelia.brasil@yahoo.com.br

² URCA. Professora – laudecimartins@yahoo.com.br

MÍDIA IMPRESSA E SOCIEDADE: UM ESTUDO DA REVISTA REALIDADE

Leylianne Alves Vieira¹
Marcelo Eduardo Leite²

Esta comunicação objetiva apresentar a nossa proposta de pesquisa, que tem como objeto a revista Realidade. Publicada desde o ano de 1966, pela Editora Abril, saindo de circulação em 1976, a revista atendia aos moldes do *New Journalism* americano. Sendo assim, as reportagens possuíam textos extensos, elaborados, no limiar entre jornalismo e literatura. Do ponto de vista das fotografias, são extremamente expressivas, dialogam com o texto e, em algumas reportagens, assemelham-se com ensaios autorais. As reportagens desta publicação, em alguns casos, levavam meses para serem publicadas e demandavam viagens, às quais repórter e fotógrafo iam juntos. Sendo assim, visualizamos uma proposta de análise em torno da relação entre fotografias e textos numa publicação que, mesmo tendo vivido em período de ditadura e censura, abordava temas como o papel da mulher na sociedade, o cangaço, a fome, entre tantos outros temas emblemáticos. Nossa análise se desenvolve, primeiramente, por meio de pesquisa bibliográfica, procurando como outros autores/pesquisadores, que já se tenham debruçado sobre este tema, aprofundaram no mesmo. Além disso, buscamos bases consolidadas sobre a construção destes textos, tentando visualizar como se deu a pesquisa e redação dos mesmos. Por fim, fizemos um estudo do contexto histórico da publicação, uma vez que o país vivia um processo de censura, reconhecimento pelo seu povo e mesmo construção de uma identidade nacional. A partir das Análises iniciais, já pudemos perceber que o tema foi pouco estudado nas escolas de comunicação do país, mesmo a revista se mostrando um documento de valor inestimável para sociólogos, antropólogos e comunicólogos, além de lingüistas. Assim, esperamos que a presente proposta de pesquisa possa demonstrar, quando realizada: a) como se deu a relação entre fotografias e textos na revista Realidade; b) como foram construídos estereótipos de tipos brasileiros nas décadas de 60 e 70; e c) apontar novas linhas de pesquisa quanto às revistas ilustradas no Brasil.

¹ UFC - leyliannealves@yahoo.com.br

² UFC.Professor - marceloeleite@cariri.ufc.br

INCLUSÃO DIGITAL: CAPACITANDO FAMÍLIAS CARENTES RESIDENTES NO BAIRRO CAMPO ALEGRE NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Fabiano Pereira Alencar¹
Maria Suêrda Araújo Bernardo²

Atualmente, a educação busca colocar em prática o processo de inclusão digital para todos, porém, faz-se necessário, também, aplicá-la fora da escola, uma vez que, muitas pessoas não tiveram acesso a este tipo de tecnologia. Por isso, para provocar a familiarização na utilização dos computadores, foi ofertado um curso básico de informática as pessoas carentes do Bairro Campo Alegre da cidade de Juazeiro do Norte – CE. Este estudo iniciou-se através da seleção de alunos da EEEP Aderson Borges de Carvalho. Foram realizadas pesquisas e produzidos material didático como: apostilas do BrOffice.Org Writer (editor de texto), Calc (planilha eletrônica) e Impress (planilha de apresentação), além do ambiente gráfico (KDE), hardware e software. Após essa fase, partiu-se para pesquisa de campo, esta etapa foi conduzida por visitas às famílias que tinham interesse em fazer curso de informática gratuito. A comunidade contemplada para tal estudo foi à comunidade do Bairro Campo Alegre, localizada no município de Juazeiro do Norte-CE. Com a finalização e análise do curso aplicado, foi possível constatar que o índice de pessoas à procura de cursos de informática é crescente, pois a cada dia que passa o mercado de trabalho torna-se muito exigente. A presença do sexo feminino foi relativamente maior que o masculino, com 60% de participação, visto que, a figura feminina está conquistando cada vez mais o mercado de trabalho, daí a procura por capacitação. Após a conclusão do curso se averiguou o desenvolvimento dos cursistas, sendo perceptível a mudança dos mesmos ao falarmos de tecnologias fazendo com que aumentasse neles o seu senso crítico e levantassem questões pertinentes ao conteúdo abordado nas aulas, o que mostrou interesse e a necessidade de ingressar gradativamente no mundo digital.

¹ E.E.E.P- Bolsista da FUNCAP IC-Júnior fabiancrosty@hotmail.com

² E.E.E.P – Professora - suerdabernardo@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA SIGNIFICATIVA DA GESTÃO CULTURAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO DO CENTRO CULTURAL MESTRE NOZA EM JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ – BRASIL

Fabiana Correia Bezerra¹
Polliana de Luna Nunes Barreto²
Suely Salgueiro Chacon³

A pesquisa estudou o processo de gestão do Centro Cultural Mestre Noza, situado em Juazeiro do Norte e buscou diagnosticar o processo de gestão do Centro, procurando identificar como as atividades do Centro contribuem para o fortalecimento da cultura local, influenciando no processo de Desenvolvimento Regional Sustentável. Dentre as dimensões da sustentabilidade, o trabalho destaca a dimensão institucional e política e a sócio-cultural. No caso estudado, essas dimensões se mostram como essenciais para o alcance de um processo real de desenvolvimento sustentável. A pesquisa se propôs qualitativa através de um estudo exploratório-descritivo devidamente fundamentado pela base teórica eleita. Esses estudos foram seguidos por visitas locais e entrevistas com os atores envolvidos. A coleta dos dados foi realizada entre os meses de junho de 2010 a abril de 2011. O trabalho demonstra a necessidade de melhoramento das instalações, administração e relacionamentos interpessoais no âmbito do Centro Cultural e especialmente o empoderamento das comunidades de artesãos envolvidas em suas atividades, de modo a evitar que o intenso crescimento econômico impacte negativamente na preservação da cultura regional.

¹UVA - Administradora. fabilycr@cariri.ufc.br

²UFC - Mestranda - polliana@cariri.ufc.

³UFC – Professora - suelychacon@ufc.br

DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: ENTRE A EFETIVAÇÃO E O IMPERIALISMO DE CONCRETIZAÇÃO

João Adolfo Ribeiro Bandeira¹
José Patrício Pereira Melo²

O trabalho ora apresentado é fruto da pesquisa desenvolvida acerca da Efetivação dos Direitos Humanos Fundamentais. Tal perspectiva de estudo busca revelar a dificuldade em concretizar estes direitos, distinguir sua terminologia e semântica e de uma maneira teleológica, inserir a crítica à banalização e inserção dos mesmos ao senso comum de exigibilidade. O objetivo central é averiguar a mitigação dos Direitos Humanos Fundamentais na Constituição Federal e nos documentos da ordem jurídica internacional, onde apenas simbolicamente se reconhece e respeita a Dignidade Humana, constituindo um verdadeiro imperialismo dos Direitos Humanos e Fundamentais. Utiliza-se para tanto da revisão bibliográfica, sendo livros, legislações, artigos e periódicos especializados os insumos necessários à confecção deste trabalho. Os resultados obtidos, após análise sucinta do Direito comparado, revela uma discrepância naquilo que se chama de reconhecimento, eficácia e efetividade dos tipos de direitos relacionados nesta pesquisa. Percebe-se ao longo do estudo, uma inflação ao rol dos direitos estudados sem um retorno na tutela jurisdicional destes. Conclui-se, portanto, a necessidade em se repensar e reconstruir a Teoria dos Direitos Humanos, engajando-a com as necessidades reais e condizentes ao conceito de aldeia global, atrelado ao princípio maior da Dignidade Humana.

¹URCA- Bolsista PIBIC - joaoadolfo@ig.com.br.

²URCA – Professor - patricio.melo@ig.com.br.

CONTRIBUIÇÕES PARA O APRENDIZADO EFICIENTE NA ESCOLA ADAUTO BEZERRA EM BARBALHA CE

Joana Darque Ribeiro Ferreira¹
Josier Ferreira da Silva²

Aprender é mudar de comportamento mediante as condições sócio-espaciais estabelecidas. Neste sentido, o aprendizado se manifesta em diferentes modos de educações, portanto, sua execução não se resume a uma única forma e não se dá em apenas um sentido. O presente trabalho tem o objetivo de analisar as contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID, no aprendizado de geografia efetivado da Escola de Ensino Médio Aduino Bezerra, no Município de Barbalha. O programa tem sido operacionalizado na escola a partir de palestras, mini-cursos, aulas de campo e visitas à escola sob análises de suas carências e soluções na efetivação do ensino de geografia. Entre as experiências didático-pedagógicas, inclui-se atividade de aula de campo em visita ao Geossítio Riacho do Meio, em Barbalha Ce, como complemento das atividades realizadas em sala de aula. A interação com o espaço estudado se constitui em peça fundamental que viabiliza a prática acadêmica vinculada ao tripé da educação, pesquisa, ensino e extensão. Os alunos necessitam da prática para poderem aplicar os conhecimentos adquiridos e para que possam construir novos conhecimentos, de acordo com as últimas experiências, algumas contribuições são essenciais para que a escola possa sempre oferecer o melhor aprendizado aos seus alunos. O aprendizado eficiente está intrinsecamente ligado ao ensino e à prática, portanto merece a atenção de todos nesse processo.

¹ Urca Aluna - joanadarquerf@hotmail.com

²URCA Professor - josiersilva@ig.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR E A EDUCAÇÃO POPULAR JUNTAS NO DESVELAR DA COLETIVIDADE

Emanuelle de Castro Moreira¹
José Patrício Pereira Melo²

O estudo acerca do método da Educação Popular vem apelar por uma prática de educação fundamentada no reconhecimento do homem como sujeito de sua própria história. Esta prática se dará através da diversificação das matrizes pedagógicas e de uma conseqüente superação desta pedagogia tradicional empobrecida em metodologia e liberdade do ser humano. É nítido a não condução da Educação tradicional à formação interna do homem, muito menos ao fortalecimento de ideais que possibilitem a emancipação e efetiva luta pelos seus direitos. Enfim refletimos sobre a necessidade do reconhecimento do homem como sujeito social educado para o cumprimento dos seus anseios. Utilizando dessa metodologia surge um novo modelo de extensão denominado Assessoria Jurídica Universitária Popular, norteada por práticas em defesa dos direitos humanos e caracterizada de extensão popular. O presente trabalho opta pela investigação do tema através de material bibliográfico e acompanhamento da atuação do núcleo de Assessoria Jurídica Popular presente no curso de Direito da Universidade Regional do Cariri - Urca denominado Programa de Assessoria Jurídica Estudantil - P@je. Objetiva-se, portanto, compreender a importância desses centros de apoio jurídico popular, entender e identificar a atuação dos núcleos, mais especificamente o P@je, analisar os efeitos das atividades exercidas pelo núcleo e observar o entendimento da sociedade em relação ao real intuito da Assessoria Jurídica Popular.

¹ URCA - Bolsista PIBIC manu_cm7@hotmail.com

² URCA - Professora patricio.melo@ig.com.br

O CONTROLE BIBLIOGRÁFICO E A INTERNET: UMA ABORDAGEM DAS BASES DE DADOS ESPECIALIZADAS.

Maria Paloma de Oliveira Furtado¹
Maria Aparecida Nascimento Ferreira²
Barbara Bezerra Soares³
Débora Adriano Sampaio⁴

Apresenta conceitos e características do Controle Bibliográfico - CB, objetivando explanar questões relativas ao Controle Bibliográfico Universal e as mudanças causadas deste mecanismo de controle, pelas novas tecnologias da informação. Aborda as vantagens e desvantagens das TIC's para o controle dos registros das informações com a utilização do computador, o qual facilita o acesso e a recuperação do acervo disponibilizado na rede de comunicação, ou seja, na internet. Mostra a importância das TIC's para a organização do conhecimento nas empresas ou instituições que fazem uso das mesmas com a finalidade de facilitar a armazenagem, disseminação e disponibilização da transferência dos documentos em tempo real. Descreve o valor que as bases de dados especializadas têm no contexto do Controle Bibliográfico Especializado. Utiliza-se da pesquisa documental, pois os documentos utilizados são fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões. Em síntese, sabe-se que as bases de dados têm contribuído bastante para a integração e socialização de documentos na disseminação da informação no mundo e a internet tem sido essencial para organização do conhecimento científico e tecnológico dentro da rede.

¹ UFC – Estudante - paloma_oliveira@hotmail.com

² UFC – Estudante - aparecida_fer23@hotmail.com

³ UFC – Estudante - babinha92@hotmail.com

⁴ UFC – Professora - deborasampaio13@yahoo.com.br



O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SOB A ÓPTICA DO TRABALHO PRECOCE

Antônia Gabrielly Araújo dos Santos¹
Francisca Edineusa Pamplona Damacena²

O trabalho precoce no município do Crato é diagnosticado como já erradicado de nossa realidade social, porém as falhas na aplicação das políticas sociais destinadas ao combate do trabalho infanto-juvenil demonstram a não efetividade dos direitos e garantias desses seres em desenvolvimento. Pesquisar sobre a realidade dessa problemática constitui o objetivo deste trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários à sociedade civil, à coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e ao magistrado que atua na área da infância e juventude. Os resultados obtidos demonstrou que nos bairros Seminário, Alto da Penha e Gisélia Pinheiro, foi detectado a presença do trabalho infantil, principalmente do sexo masculino, bem como as dificuldades para que a criança e o adolescente no município do Crato tenham seus direitos respeitados e prioridade nas ações públicas. Averigua-se que apesar dos muitos avanços no combate ao trabalho de crianças e adolescentes, a falta de efetividade e de melhor gestão dos programas existentes, seja a nível municipal, estadual e / ou federal, que ensejam no não cumprimento dos direitos e garantias faz com que ainda persista o trabalho precoce neste município.

¹ URCA - gabriellyaraujo07@yahoo.com.br

² URCA.professora - edineusapamplona@gmail.com

A CESTA BÁSICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI: UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO ANO DE 2010

Aydano Ribeiro Leite¹
Genys Paulo Nicolau Tavares²

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE realiza pesquisa da Cesta Básica Nacional em dezessete capitais brasileiras. Acompanha mensalmente a evolução de preços de treze produtos de alimentação, o gasto mensal para comprá-los, as horas de trabalho necessárias para adquiri-los e o salário capaz de atender as necessidades vitais básicas de uma família de 4 pessoas. O Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA, com o trabalho voluntário de pesquisa de um grupo de alunos passou a aplicar essa mesma metodologia para a região metropolitana do Cariri: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Santana, Farias Brito, Nova Olinda, Caririaçu e Jardim.

¹Doutor pelo Instituto de Economia/UFRJ e Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. economistaaydano@yahoo.com.br

²Graduando do Curso de Ciências Econômicas e coordenador do Projeto da Cesta Básica na Região Metropolitana do Cariri. Cariri.genys1123@hotmail.com

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS SOBRE A AGÊNCIA BIBLIOGRÁFICA NACIONAL

Cirleide da Silva Ribeiro¹
Maria Juliane Tavares²
Agenor Leandro de Sousa Filho³
Débora Adriano Sampaio⁴

Aborda o percurso histórico da Biblioteca Nacional do Brasil que se inicia em 1808, tornando-se um marco importante para a história cultural do país. A Biblioteca Nacional é considerada uma instituição guardiã da memória cultural da sociedade brasileira. A mesma, enquanto Agência Bibliográfica Nacional desenvolve e coordena os mecanismos do Controle Bibliográfico Universal, constituindo-se a instituição depositária do patrimônio bibliográfico nacional. Este trabalho tem o objetivo mostrar a importância do papel desta instituição como Agência Bibliográfica Nacional e da implementação das tecnologias nos processos de busca e acesso das informações, proporcionando cada vez mais alternativas para o usuário obter as informações necessárias. É uma pesquisa básica, de natureza exploratória com características de bibliográfica, uma vez que se utiliza de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Os resultados se concentram numa discussão sobre a revisão de literatura sobre o tema abordado, tendo em vista a produção de novos conhecimentos e contribuir com o conhecimento pré-existente. Concluímos, portanto, mostrando que as mudanças no cenário organizacional são positivas no que tange a característica de Agência Bibliográfica Nacional e, tentam acompanhar a evolução dos procedimentos, disseminando a informação aos diferentes tipos de usuários e necessidades informacionais.

¹ UFC – Estudante– cirleide.ribeiro@yahoo.com.br

² UFC – Estudante– juliane_ufc@hotmail.com

³ UFC – Estudante– agenor.leandro@gmail.com

⁴ UFC – Professora– deborasampaio13@yahoo.com.br

MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RETORNO E AUTOSSELEÇÃO: EVIDÊNCIAS BRASILEIRAS PARA O PERÍODO 2003-2008

Otácio Pereira Gomes¹
Wellington Ribeiro Justo²

O Brasil é um país de distribuição irregular dos recursos naturais assim como dos fatores de produção entre as suas regiões, tal fato tem possibilitado uma situação de desigualdades sociais e regionais em todo o seu território. A consequência de tais fatores tem provocado movimentos migratórios entre os trabalhadores os quais tendem a se direcionar para regiões que propiciam melhores oportunidades de emprego e salário. O presente trabalho tem como objetivo investigar os potenciais impactos da experiência de migração interestadual sobre os salários dos trabalhadores remigrados ao estado de nascimento no período em estudo, de forma a tentar responder que tipo de autoseleção, caso exista, está envolvida em tal processo e quais os benefícios ou frustrações que a remigração pode trazer para a economia de suas cidades de origem e para esses trabalhadores que buscam em outras regiões melhores condições de salários e vida. No que concerne aos procedimentos metodológicos, será feito levantamento bibliográfico, coleta de dados, estimação e análise do modelo econométrico, para isto será utilizado os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente ao período: 2003 a 2008. Será estimado o modelo econométrico logit multinomial de determinação dos salários, de forma a capturar a maximização da utilidade, subtraídos os custos de migração e remigração, sejam eles monetários ou não. A pesquisa está na fase de levantamento de dados.

¹ URCA.Bolsista FUNCAP - otaciopg@gmail.com

² URCA.Professor - justowr@yahoo.com.br

A ANÁLISE DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE SUSTENTABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IGUATU CEARÁ

Otácio Pereira Gomes¹
Francisco Eder Rodrigues de Oliveira²
Maria Raquel dos Santos Aquino³

A educação no campo é uma das grandes dificuldades presentes em todo o país, sendo necessário um investimento bem maior nesta área e políticas públicas que proporcionem a todos o direito a uma boa educação e consequentemente a melhoria do bem estar social. Os assentamentos rurais sendo hoje definidos como novas unidades de produção vêm se reordenando em vários sentidos, a fim de estabelecerem outros padrões sociais de produção agrícola, dinamizando assim a economia das regiões onde se localizam. O presente estudo realizado tem por objetivo analisar a educação dos assentados com o processo de sustentabilidade. Foi utilizada uma amostra de aproximadamente 60% de quatro assentamentos do município de Iguatu: Assentamento Aracaju, Assentamento Serrote, Assentamento Barra e Assentamento Japão. No que concerne aos procedimentos metodológicos, utilizou-se coleta direta através da aplicação de questionários nos assentamentos de modo estudar o conhecimento dos assentados sobre a conservação do solo e o uso de produtos químicos na lavoura. Os estudos apontam para uma educação precária, onde em sua grande maioria, os assentados possuem grau de escolaridade muito baixo, muitos não tem ensino fundamental completo ou são analfabetos, sendo que nenhum dos assentados chefes de famílias possuem formação técnica na área agropecuária. Tendo consciência da importância desta formação que sem dúvida os ajudaria no trabalho no campo, assim como na tomada de decisões com relação ao manuseio do solo. Em sua maioria, a utilização dos produtos químicos pelos assentados é de forma indiscriminada, pois os mesmos utilizam estes produtos em suas lavouras sem se preocuparem com danos causados ao solo e aos mananciais de água. Todos os assentados do assentamento Barra jogam as embalagens usadas ao ar livre sem nenhum cuidado em poluir os recursos naturais, que além da prática da queima eles enterram as embalagens após o seu uso, prejudicando ainda mais o solo. Essa realidade está começando a mudar, pois algumas famílias, a exemplo do assentamento Barra, os pais estão matriculando seus filhos em escolas agrícolas a fim de possam aplicar os seus conhecimentos adquiridos em suas localidades.

¹ Aluno da graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri – URCA. e-mail: otaciopg@gmail.com

² Graduado em Irrigação e Drenagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFET-CE. Campos Iguatu e-mail: ederigt@yahoo.com.br

³ Aluna da graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri – URCA. e-mail: ra.kel@hotmail.com

O CICLO PDCA COMO UM MODELO DE GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL EM UMA EMPRESA INCINERADORA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

David Antônio da Silva Marrom¹
Marcus Vinícius de Oliveira Brasil²

A solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, vem exigindo novas atitudes e posturas dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suportar o planeta. Com isso, a presença de um modelo de gestão ambiental empresarial nas organizações torna-se imprescindível para o cumprimento de exigências dos fatores externos de influência. O modelo Ciclo PDCA, que significa Plan (Planejar), Do (Fazer), Check (Verificar) e Act (Agir) surge como um modelo de gestão ambiental para as organizações no tocante às melhorias dos processos existentes e suas contínuas verificações dos aspectos ambientais. Este trabalho tem como objetivo analisar o modelo Ciclo PDCA em uma empresa incineradora de resíduos sólidos no município de Juazeiro do Norte, bem como verificar se o modelo em estudo é viável para a organização. Os materiais e métodos empregados nesta pesquisa baseiam-se em pesquisa bibliográfica acerca da temática, verificação *in loco* da organização em estudo e análise documental e possível adequação com o modelo Ciclo PDCA. Os resultados obtidos mostraram que a empresa em estudo possui aspectos significativos em relação ao modelo Ciclo PDCA, que evidenciaram as seguintes informações: Plan (Planejar) – A empresa estabelece objetivos, metas e ações ambientais em consonância com o seu ramo de atuação; Do (Fazer) – A empresa organiza, treina e implementa através dos colaboradores ações voltadas ao ramo de atuação da empresa, o que mostra o envolvimento e participação dos mesmos nos programas ambientais; Check (Verificar) – A empresa monitora e mensura os seus resultados através da verificação dos indicadores dos processos; Act (Agir) – A empresa executa ações para promover a melhoria contínua dos seus processos em referência à atividade de incineração de resíduos sólidos. Conclui-se com este trabalho que a organização em estudo possui o modelo Ciclo PDCA alinhado às suas atividades, o que demonstra um relevante interesse da mesma em promover melhorias dos aspectos ambientais existentes em respeito ao meio ambiente e a sociedade. O uso de um modelo de gestão ambiental pelas organizações favorece novas perspectivas de uso e possibilidades de inserção de valores com objetivo de implantar o conceito de sustentabilidade às organizações.

¹ UFC. Discente - daviantonius@gmail.com

² UFC. Docente - mvobrasil@gmail.com

ANÁLISE SWOT: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA INCINERADORA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE

David Antônio da Silva Marrom¹
Marcus Vinícius de Oliveira Brasil²

O envolvimento das organizações com as questões ambientais adquire importância estratégica visto que o aumento do interesse por parte dos gestores é imprescindível para a competitividade e permanência no mercado globalizado. As opções estratégicas disponíveis para a empresa, surgem do processo de olhar para dentro e para fora. Uma das técnicas de análise utilizada é a SWOT - *Strengthness, Weakness, Opportunities and Threats*, que busca analisar os ambientes interno (pontos fortes e fracos) e externo (ameaças e oportunidades) que compreendem o escopo organizacional. O objetivo desse trabalho é analisar a estrutura SWOT de uma empresa incineradora de resíduos sólidos localizada em Juazeiro do Norte. Os métodos empregados nesta pesquisa estão embasados no modelo de estudo de caso, que permitiu a pesquisa bibliográfica acerca da temática em estudo e a análise documental e informações relevantes da empresa. Os resultados obtidos nesta pesquisa permitiram a construção de uma estrutura SWOT, mediante a obtenção das seguintes informações: Forças - Pioneira e única na Região do Cariri; 2ª em seu ramo de atuação no estado do Ceará; Capacidade de atuar em vários estados do Nordeste; Atua em cumprimento das legislações sanitárias e ambientais do país. Oportunidades - Acompanha o desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri – RMC; Introdução de novos clientes em seus serviços; Construção de novas unidades estratégicas de apoio de coleta e transporte de resíduos. Fraquezas – Pressões de órgãos ambientais devido à natureza da atividade de incineração; Dependência de tecnologia do incinerador; Fornecedores em regiões distantes do país; Reconhecimento e relevância dos serviços prestados à sociedade. Ameaças – Empresas do mesmo ramo de atuação em dispor no futuro os mesmos serviços na região do Cariri; Novas alternativas menos custosas de incineração de resíduos; Resistência dos clientes em procurar os serviços da empresa. Conclui-se com esta pesquisa que a técnica de análise SWOT permite o desenvolvimento de novas estratégias empresariais alinhadas à temática ambiental, propondo a inserção de valores sustentáveis para as organizações.

¹ UFC. Discente - daviantonius@gmail.com

² UFC.Docente - mvobrasil@gmail.com

NÍVEL TECNOLÓGICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ: UM ESTUDO PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI – RMC

José Alex do Nascimento Bento ¹
Francisca Laudeci Martins Souza ²

As políticas públicas de modernização no campo, empreendidas a partir dos anos de 1950 como estratégias de fortalecimento do Estado e do Capital, fomentaram a expansão do padrão tecnológico de parte do setor rural brasileiro e reforçaram a marginalização da chamada “pequena produção,” que conserva características tradicionais como dependência em relação à grande propriedade, precariedade de acesso aos meios de produção, pobreza dos agricultores e nível tecnológico rudimentar. Especificamente sobre tecnologia acredita-se que, a adoção de inovações atua como premissa básica à sobrevivência dos agricultores, tanto para os pequenos, quanto para os grandes. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o nível tecnológico da agricultura familiar no Ceará tomando como recorte a Região Metropolitana do Cariri. Os objetivos específicos buscam descrever as características sócias econômicas dos municípios e das unidades de produção, calcular o nível tecnológico e estimar a equação do nível tecnológico. Os dados utilizados neste estudo são de natureza primária e obtidos por meio de entrevistas realizadas junto aos produtores rurais dos municípios pesquisados. Foram selecionadas variáveis independentes, que, por hipótese, explicarão o nível tecnológico das unidades de produção pesquisadas. As relações existentes entre o nível tecnológico de cada unidade de produção e as variáveis explicativas consideradas serão estabelecidas a partir do modelo linear múltiplo. A estimação do modelo está sendo feita com a utilização do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MMQO). O principal resultado encontrado até o momento é o mapeamento das unidades familiares existentes nos municípios da Região Metropolitana do Cariri – RMC que aponta para existência de 606 unidades no município de Missão Velha, e 44 no município de Jardim. Por outro lado, observamos a partir da revisão de literatura, o papel da agricultura familiar como estratégia de Desenvolvimento Sustentável. Neste momento está sendo realizada a pesquisa direta junto aos agricultores familiares localizados nos nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri – RMC, através da aplicação de questionários, entrevistas e construção de banco de imagens.

¹ URCA Bolsista PIBIC/CNPq - josealex18@yahoo.com.br

² URCA Professora (URCA).- laudecimartins@yahoo.com.br

PROTEÇÃO E DEFESA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: APLICABILIDADE E EFETIVAÇÃO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Emerson Granja de Araujo Lacerda¹
José Patrício Pereira Melo²

Com o intuito de estabelecer a transversalidade dos Direitos Humanos Fundamentais às prescrições sociais positivadas na Constituição Federal de 1988, é que se faz necessário a abordagem dos temas relativos às crianças e adolescentes de uma forma ampla, consistente, capaz de absorver as áreas e situações correlatas. Pretende-se neste intento, discorrer sobre a efetividade das leis referentes à proteção infanto-juvenil, através da análise filosófica do positivismo jurídico e do âmbito sociológico do tema em debate. A pesquisa apoia-se no método qualitativo, por propender uma orientação que busca a análise dos significados dos atos concretizados pelos indivíduos, tendo como referência o meio em que vivem. O que se percebe enquanto necessidade do Direito, é que o mesmo seja capaz de prover às necessidades humanas e não tão somente, ser um instrumento oficial de manutenção e agente de punibilidade. Deve ser encarado como mecanismo de ascensão da qualidade de vida individual e coletiva. Seguindo este panorama, insere-se à crítica a toda sociedade brasileira, vejamos: orgulha-se a maioria da população, dos juristas e dos políticos em geral, termos uma lei específica de proteção às Crianças e Adolescentes - ECA. Muito embora, seja vergonhoso em nossa sociedade termos de obedecer a fundamentos que são basilares tanto por bom senso quanto por humanização por meio de meios de coercibilidade, punitivos. Termos um Estatuto próprio não para defender os interesses infanto-juvenis, como dos idosos demonstra, demonstra a carência uma cultura de exigibilidade e efetividade dos Direitos Humanos Fundamentais que por se estabelecerem por princípios, possuem caráter de primazia em relação a qualquer tipo de norma. O que se pode retirar desta sucinta pesquisa, é a necessidade de uma busca constante de emancipação sócio jurídico que se demonstre forte e que atue de todas as formas e em todas as áreas. Requer a popularização do Direito e dos fóruns de debates principalmente aos Direitos Humanos Fundamentais, que por conquanto são deliberados, escritos e retoricamente defendidos, necessitam ainda do requisito de efetividade. A luta nesta seara atua de aspectos quase que paralelos: primeiro se exige o reconhecimento, depois, trava-se a batalha da aplicabilidade.

¹ URCA – Aluno - eletroemerson@hotmail.com

² URCA – Professor - patricio.melo@ig.com.br

O PAPEL RELEVANTE DOS MEMORIAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA: O CASO DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE DO HOMEM KARIRI EM NOVA OLINDA-CE

Naiara Oliveira Macedo¹
Ivaneide Bezerra da Silva²
Policiana Alves Bezerra³
Débora Adriano Sampaio⁴

A finalidade desse trabalho é fazer uma abordagem dos memoriais enquanto instituições de suma importância para a preservação da memória coletiva, partindo do pressuposto de que a memória coletiva é fruto de um processo social. A escolha desse tema deu-se primordialmente a partir das aulas na disciplina Controle dos Registros do Conhecimento com a professora Débora Adriano Sampaio, que abordam temáticas muito relevantes referentes à memória coletiva, bem como evidencio-se muito intensamente nas discussões pertinentes à disciplina, que as instituições como as Bibliotecas Nacionais, Museus, Arquivos e os Memoriais, são responsáveis por uma grande parcela na preservação da memória coletiva de uma determinada comunidade. Porém, diante da impossibilidade de abranger todas essas instituições em uma única pesquisa, optou-se por restringir esse trabalho aos memoriais e mais precisamente voltá-lo para o contexto da região do cariri, com isso, sentiu-se a necessidade de demonstrar a partir da Casa Grande Memorial do Homem Kariri, a contribuição dos memoriais para a preservação da memória coletiva. Para podermos estabelecer um diálogo entre os autores que versam sobre o assunto, utilizamos o método dialético. Os principais resultados que aqui podemos mencionar é que a Casa Grande Memorial do Homem Kariri, apreende a memória presente na região a partir dos elementos geográficos que constituem os tangíveis, e os elementos artísticos, ou seja, os intangíveis e que como memorial o seu objetivo principal é utilizar-se desses elementos para dar continuidade à memória coletiva do Homem Kariri.

¹ UFC - Graduanda - naiarabiblio@gmail.com

² UFC - Graduanda - ivaneide1951@hotmail.com

³ UFC - Graduanda - alves_poly@hotmail.com

⁴ UFC – Professora - debora@ufc.br.

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IGUATU CEARÁ

Maria Raquel dos Santos Aquino¹
Francisco Eder Rodrigues de Oliveira²
Diadna Ramony Ferreira Belém³

O assentamento hoje é caracterizado como um espaço em que um conjunto de famílias vive, trabalham e produzem, dando uma função social a terra. O impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico, mas pelo fato de se desconhecer as condições de vida das famílias assentadas e em sua totalidade da qualidade do saneamento ambiental nos assentamentos, o estudo objetiva analisar um quadro abrangente da realidade encontrada em quatro assentamentos no município de Iguatu, localizados região centro sul do estado do Ceará. A amostra estudada foi de aproximadamente 60% de quatro assentamentos no município de Iguatu: Assentamento Aracaju, Assentamento Serrote, Assentamento Barra e Assentamento Japão. No que concerne em relação aos procedimentos metodológicos, foram utilizados na obtenção de dados, visita aos assentamentos e aplicação de questionários contendo variáveis de aspectos econômico-sociais. O estudo constatou que a maioria dos chefes de famílias está acima dos 41 anos de idade, a educação é precária e em sua grande maioria não possuem ensino fundamental completo ou são analfabetos. Pode-se dizer que todos possuem moradia regular (casa de alvenaria e algumas arrendadas) com infraestrutura adequada e acesso ao PSF, com exceção ao assentamento Aracaju que possui dificuldades de acesso a esse tipo de atendimento, assim como das péssimas condições de esgoto que são encontradas no assentamento Japão. Entretanto, no Brasil, as dificuldades de moradiários assentamentos não são muito diferentes, sendo assim essas famílias buscam auferir renda através dos programas governamentais, a exemplo do seguro safra e da bolsa família que contribuem para o complemento da renda dessas famílias que buscam na agricultura melhorias nas condições de vida.

¹ Aluna da graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri – URCA. e-mail: ra.kel@hotmail.com

² Graduado em Irrigação e Drenagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFET-CE. Campos Iguatu e-mail: ederigt@yahoo.com.br

³ Aluna da graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri – URCA. e-mail: diadna_ramony@hotmail.com

O USO DE ONTOLOGIAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA SAÚDE: PERSPECTIVAS PARA O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

Joaquim Alves Diniz¹
Gracy Kelli Martins²

O trabalho discute a importância das ontologias para a representação da informação no contexto da saúde. Com base em revisão de literatura, identifica o papel do bibliotecário atuante nestes novos espaços bem como as implicações do uso das ontologias, como ferramenta de suporte gerencial e representativo da informação. Os resultados incentivam o aprofundamento da discussão sobre o mérito da representação da informação e das ontologias e seus impactos no campo das ciências da saúde. Almeja-se com este estudo trazer mais um aporte teórico para a literatura da Ciência da Informação, e que instigue a produção por outros pesquisadores da Biblioteconomia e áreas afins.

¹ UFC – Graduando joaquimalvesufc@yahoo.com.br

² URCA - Professora m.jesus@gmail.com

BIBLIOTERAPIA: UMA PROPOSTA PARA ADOLESCENTES QUE APRESENTAM QUADRO DE DISLEXIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Joaquim Alves Diniz¹
José Roberto dos Santos Sousa²

Este artigo versa sobre uma proposta de implantação de um programa de Biblioterapia para adolescentes, portadores de dislexia, nas escolas públicas municipais de Juazeiro do Norte-CE. A referida proposta nasceu a partir de um levantamento quantitativo realizado em duas escolas municipais no qual apontou um número exorbitante de adolescentes que apresentam tal distúrbio. O trabalho em questão apresenta algumas reflexões sobre a importância da utilização da leitura como instrumento terapêutico, capaz de minimizar a dislexia, bem como refletir a atuação do bibliotecário como biblioterapeuta, em parceria com outros profissionais para promover a reintegração psico-social destes adolescentes. Para tanto, a metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica e pesquisa documental, utilizaremos também como mecanismo de coleta de dados o método da observação, para registro de caso e de toda a sua significação, para futuras intervenções e publicações. Concluí-se a partir do estudo bibliográfico que a dislexia é um problema que precisa de um acompanhamento adequado, envolvendo uma multidisciplinariedade de profissionais, onde o papel do bibliotecário, no que tange à aplicação de técnicas biblioterápicas torna-se de suma importância no processo de ensino/aprendizagem.

¹ UFC – Graduando joaquimalvesufc@yahoo.com.br

² URCA – Graduando robertossantos09@yahoo.com.br

SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO DE MAMONA NO CARIRI CEARENSE

Maria Fábila Lima dos Santos¹
Venuzia de Castro Lins²
Eliane Pinheiro de Sousa³

A produção do biocombustível surge como uma alternativa para a redução dos combustíveis fósseis. O programa de Biodiesel implementado pelo Governo Federal incentiva a produção de oleaginosas, que é um produto renovável, e ainda contribui com subsídios para melhorar a renda dos agricultores familiares, como também a sua fixação no campo, devido a geração de emprego e renda. Dentre os diversos tipos de oleaginosas utilizadas para a produção de biodiesel, a mamona é a que mais se destaca no estado do Ceará, podendo ser consorciada com outros produtos alimentares, como é o caso do feijão, milho e fava. Neste contexto, o cultivo da mamona tem significativa relevância, uma vez que possibilita a inclusão produtiva e social da agricultura familiar. Dada a importância dessa oleaginosa, este estudo se propõe avaliar a sustentabilidade da produção de mamona na região do Cariri cearense. Especificamente, busca-se analisar a sustentabilidade desta atividade considerando as dimensões econômica, técnico-agronômica, ecológica, manejo e político institucional. O índice de sustentabilidade foi obtido pela média aritmética de cada um dos índices considerados. Os dados foram resultantes de pesquisa de campo realizada nos agropolos do Cariri, Cariri Leste e Cariri Oeste, sendo as cidades representativas de cada agropolo Santana do Cariri, Mauriti e Assaré, tomando como base a produção obtida em 2010 e o nível de tecnologia adotada. A pesquisa foi realizada com 86 agricultores familiares, produtores de mamona. Os resultados mostraram que, em termos médios, os produtores de mamona apresentaram média sustentabilidade. Ademais, a maior contribuição foi obtida pelo índice político institucional, enquanto manejo foi o que apresentou menor participação na composição do índice de sustentabilidade.

¹ URCA - Bolsista BPI FUNCAP.fabia-lima@hotmail.com

² URCA - Bolsista BPI FUNCAP.venuziacastro@hotmail.com

³ URCA - Professora: pinheiroeliane@hotmail.com

OS CENTROS DE MULTIMEIOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA (LEI 10639/03)

Dávila Maria Feitosa da Silva¹
Joselina da Silva²

Esta pesquisa dá seguimento à outra em andamento que vem analisando a atuação das bibliotecas públicas na Região do Cariri Cearense (mais precisamente nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha). Temos feito um levantamento do acervo, no que concerne à existência e a utilização dos recursos didáticos e para- didáticos que possam auxiliar educadores e educandos na efetividade da realização do que é preconizado pela lei 10.639/03. Nosso olhar tem se voltado, também para os profissionais atuantes nestas bibliotecas e como estão sendo preparados para atender às demandas apresentadas pelo texto legal. No país, há um consenso em torno da necessidade de melhoria do ensino básico. Desta forma, um importante ator social, cuja atuação muito poderá contribuir com a maior permeabilidade destes temas, no âmbito escolar e na sociedade, em geral é o bibliotecário. Utilizar-se-á nesse projeto o método qualitativo focalizado no sentido de descobrir, examinar e descrever os acervos dos centros de multimeios pesquisados, sendo um em Juazeiro do Norte, um Barbalha e outro no Crato. A pesquisa qualitativa foi escolhida no intuito de nos auxiliar na melhor observação do campo pesquisado permitindo uma análise com abrangência suficientemente ampliada de modo a alcançar os objetivos gerais e específicos. O projeto que ora estamos apresentando, insere-se em mais uma das tentativas que tem tido lugar, em diferentes regiões do país, no sentido de contribuir com a efetiva implementação da referida lei e assim propiciar uma ampliação do quadro referencial, científico, teórico e técnico dos alunos envolvidos na pesquisa e dos demais discentes do curso de Biblioteconomia. No processo de observar e fazer um levantamento do acervo das bibliotecas, percebemos a premência de realizar o mesmo levantamento nos centros de multimeios das quatro principais e mais referentes escolas públicas de ensino médio das referidas cidades.

¹ UFC Cariri – Bolsista FUNCAP davilamaria_15@hotmail.com

² UFC Cariri- Professora joselinajo@yahoo.com.br

O PROCESSO DE LEITURA DOS ESTUDANTES NA BIBLIOTECA ESCOLAR MANOEL DE CASTRO FILHO

Alla Moanna Cordeiro de Souza¹
Débora Adriano Sampaio²

A leitura é um processo de disseminação do conhecimento, sendo que um dos primeiros passos necessita ser estruturado no início do processo de aprendizagem na escola, assim, este estudo objetiva abordar os principais pontos que propiciam os estudantes de nível fundamental a buscarem o desenvolvimento da leitura a partir da biblioteca da escola, aspectos observados durante o período de vigência da disciplina obrigatória do Estágio Supervisionado I, do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, realizado na instituição de ensino Manoel de Castro Filho. O método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi o dialético visto que, busca contribuir para uma compreensão mais rigorosa da realidade educacional, pois elabora uma representação que parte sempre do concreto, tendo em conta a totalidade do fenômeno estudado. Verificou-se que o ambiente de leitura não proporciona interesse pela busca do conhecimento por parte dos alunos. Contudo, confirmou-se que mesmo sem o local apropriado para estudo o interesse dos estudantes para utilização dos materiais é notório e relevante.

¹UFC- Estudante allamoanna17@hotmail.com

²UFC - Professora deborasampaio13@yahoo.com.br

A INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL NA MORTALIDADE EM ACIDENTES DE TRÂNSITO

Luciana Bessa¹
Thaine Costa²

O abuso do consumo da bebida alcoólica gera o progressivo crescimento da mortalidade em acidentes de trânsito, principalmente em finais de semana e em períodos comemorativos como final de ano e natal que acarretam na ampliação desse problema, havendo impactos intensos na vida humana, inclusive a interrupção brusca da existência humana e também financeiros, pois os gastos com o prejuízo são superiores em relação ao comércio. O presente estudo objetiva analisar a influência da bebida alcoólica na crescente mortalidade em acidentes de trânsito. O texto é composto duas partes. A primeira trata de um breve panorama sobre o álcool e seus efeitos. A segunda aborda a Lei Federal nº 11.705/2008, conhecida popularmente como “Lei Seca”. Essa pesquisa se estrutura através do levantamento bibliográfico, no qual as informações fornecidas para a elaboração do estudo são de Ângela Maria Mendes Abreu, José Mauro Braz Lima, Thais de Araújo Alves, Márcia Detoni, Flavio Pechansk, Fernanda Cubas de Paula, Viviam Machado, Felipe de Carvalho Borges Fonseca e Mariah Queiroz. Verifica-se o consumo de bebidas alcoólicas atinge cada vez mais o público jovem, na faixa etária entre 12 a 13 anos, e essa tendência acarreta no agravamento dessa situação que por sinal já estamos sentindo com a grande parte das vítimas fatais serem a juventude. Por isso, há a necessidade de um posicionamento tanto das autoridades competentes como da sociedade civil em relação a esse entrave de saúde pública, através de medidas concretas que promovam a conscientização e a responsabilidade dos motoristas para tentar reverter essa problemática tão presente no nosso país.

¹ FLS Professora - luciana@leaosampaio.edu.br

² FLS Aluna–thayne.costa@hotmail.com

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Adriana Correia Lima¹
Antonia Olga Correia de Moura²

Ao longo dos séculos, o papel do Estado como fomentador do desenvolvimento econômico passa por um processo de grandes transformações. A partir da eclosão de 1929, foi possível perceber a relevância da participação do Estado na economia. No âmbito brasileiro, a partir do esgotamento do modelo primário-exportador, observa-se a importância da atuação estatal no intuito de encontrar um modelo que pudesse superar os efeitos depressivos da crise. O novo modelo adotado pelo Brasil baseia-se na produção voltada para o mercado interno. Porém, a mudança para um novo padrão de crescimento voltado para dentro, somente seria possível através da industrialização. Com a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), procura-se buscar soluções para superar a ausência de desenvolvimento. Passa-se então a recomendar a industrialização como forma de superar os entraves do subdesenvolvimento. A partir da década de 1950, mais precisamente no governo de Juscelino Kubitschek, pautado no nacional desenvolvimentismo, observa-se o crescimento da intervenção do Estado na economia e uma maior articulação entre grandes investimentos privados de origem externa e interna, destinados aos setores industriais. Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo verificar os reflexos do processo de industrialização sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, diante da atuação do Estado, até meados dos anos 1960. Para a consecução deste objetivo foram consultados fontes bibliográficas e dados secundários coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam para uma elevação da participação do Produto Interno Bruto (PIB) do setor industrial. A indústria de transformação superou as demais atividades deste setor, houve crescimento do número de estabelecimentos industriais. No entanto, este processo de industrialização provocou efeitos negativos na economia ao passo que ocorreu de forma concentradora, o que se reflete nas desigualdades regionais existentes. De um modo geral, o processo de industrialização provocou no âmbito brasileiro, diversas mudanças no cenário econômico, ao passo que modernizou a estrutura industrial, mas também provocou disparidades entre as regiões elevando ainda mais a concentração capitalista.

¹ URCA Professora - drica.correia@yahoo.com.br

² URCA Especialista - aolga.correia@yahoo.com.br

PROJETO PRATICANDO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA – PROPECA.

Ariana Nogueira R. de Oliveira¹
Bárbara Ameny Barreto²
Maria Jussara Xavier³
Thaine Costa⁴

O Projeto Praticando o ECA-ProPECA, visa desenvolver atividades além dos muros da academia, junto às famílias e crianças na faixa etária entre os 06 aos 12 anos incompletos, no município de Juazeiro do Norte - CE no bairro Santa Tereza. Buscando fomentar ações sócio-educativas, de cultura e extensão por meio de atividades do corpo docente e discente da Faculdade, junto à comunidade, fortalecendo assim os laços comunitários locais. Dessa forma, visa construir no cotidiano escolar princípios de uma educação voltada para cidadania; despertando na criança o interesse pelo conhecimento de seus direitos e deveres contidos no ECA, fortalecendo assim os laços entre a família e a escola evidenciando a importância dessa relação na construção coletiva do ser em desenvolvimento. Bem como é objetivo deste projeto contribuir não só na formação acadêmica dos alunos, mas construir profissionais éticos e comprometidos com a responsabilidade social, criando uma ponte entre academia e comunidade local. Através de reuniões e oficinas sócio-educativas aprofundaremos a compreensão dos direitos e deveres da criança e a importância do papel da família nessa construção. A partir da produção de uma Cartilha didática, através de uma linguagem clara e acessível, tendo como princípio a construção coletiva de um diálogo pautado na esfera dos direitos e deveres. Por tanto, o projeto visa contribuir na formação do ser social consciente de seu papel nas relações sociais cultivando neles uma reflexão crítica acerca da realidade na qual convivem.

¹ FLS.Professor. Bolsista CAPES - arihoz@yahoo.com.br

² FLS.Aluna - barbaraameny@hotmail.com

³ FLS.Aluna - Jussara.xavier.santos@hotmail.com

⁴ FLS Aluna - thayne.costa@hotmail.com

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO URBANÍSTICO

Jonas Feitosa Rodrigues¹

O presente estudo ora apresentado refere-se à análise sucinta do Direito Urbanístico, ramo jurídico que objetiva disciplinar o uso, a ocupação e a transformação do solo, tendo como objeto de estudo a normatização dos aspectos de desenvolvimento do território urbano propriamente dito e não apenas das cidades, como outrora se imagina, demonstrando a sua autonomia quanto ramo jurídico e seus princípios constitucionais elencados nos Art. 24 I, 30 VIII, 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Temos como objetivo neste estudo analisar os aspectos e os princípios constitucionais relacionados ao urbanismo, sua autonomia quanto ramo do Direito, estudar algumas legislações correlatas e a competência do Município quanto a sua aplicação. A metodologia necessária para prosseguirmos em nossa pesquisa, fez-se necessário estudo bibliográfico, doutrinário, legislativo e jurisprudencial, bem como estudar o contexto histórico e geopolítico do Brasil no desenvolvimento urbano. Após aferições acima descritas, concluímos que o Direito Urbanístico, trata-se de importante ramo jurídico, sendo de bastante enfoque junto com as novas teorias geopolíticas e de políticas ambientais que norteiam o crescimento e fenômenos urbanos do Brasil contemporâneo, tendo suas raízes no forte e rápido processo de urbanização, bem como dos conflitos de terra entre outros fatores históricos e geográficos. A Constituição Federal de 1988 tratou de forma especial ao tema, prevendo regras gerais para seu disciplinamento e conferindo poderes aos entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para legislar, fiscalizar e editar normas sobre o tema. Na atualidade as normas de Direito Urbanístico são bastante relevantes, embora enfrentando diversos problemas sociais, as fragilidades do poder público e demais circunstâncias culturais de cada local. Ainda sim, entende-se que a sua aplicabilidade é essencial para o bom convívio da sociedade em suas relações num futuro próximo.

¹ URCA jonas.feitosa@yahoo.com.br

A BIBLIOTERAPIA COMO ATIVIDADE LÚDICA: UMA APLICAÇÃO NO INSTITUTO DE APOIO A CRIANÇA COM CÂNCER (IACC) DE BARBALHA-CE

Yarla Simão Souza¹
Arluci Goes Elliot²
Ticiane Pereira Silva³

O presente trabalho trata sobre a biblioterapia como atividade lúdica: uma aplicação no Instituto de Apoio a Crianças com Câncer- IACC de Barbalha. Partindo do pressuposto de que as crianças hospitalizadas encontram-se afastadas do ambiente familiar, da escola, dos amigos e se apresentam em uma situação de fragilidade tanto física quanto emocional, acreditamos que as ações circundadas através da Biblioterapia, como a leitura dirigida de textos literários, e o contato direto as ajudariam a superar o medo, a tristeza e a focalização na doença, proporcionando um alívio e melhor aceitação do tratamento proposto, a partir da inserção ao universo da fantasia mediada pela contação de história. A leitura ao uso terapêutico é utilizada desde a idade média, mas a biblioteconomia só veio aplicar a biblioterapia no início do século XX com a primeira Guerra Mundial, onde bibliotecários utilizavam a leitura na recuperação de pacientes feridos. O termo Biblioterapia tem origem da palavra “terapia”,vem do hebraico e em grego, tem o sentido de prevenção e prospecção, ou seja, muito mais do que uma cura. Este trabalho apresenta caráter inicial tendo como objetivo investigar as ações da Biblioterapia como instrumento pedagógico e psicológico aplicado as crianças portadoras de câncer do Instituto de Apoio a Criança com Câncer-IACC de Barbalha, tendo como metodologia utilizada quantitativa/exploratória.

¹ UFC – Bolsista - yarlasimao_ufc@yahoo.com.br

² UFC – Professora - arilucigoes@yahoo.com.br

² UFC – Bolsista - tici.18@hotmail.com